

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS - NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS

LETÍCIA JANAINA POSSA ZEMBRZUSKI

A ADAPTAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS ESTRANGEIROS NO
BRASIL EM FACE DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA
REVISÃO DE ESCOPO

FOZ DO IGUAÇU - PR
2021

LETÍCIA JANAINA POSSA ZEMBRZUSKI

A ADAPTAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS ESTRANGEIROS NO
BRASIL EM FACE DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA
REVISÃO DE ESCOPO

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
– UNIOESTE – como requisito para
obtenção do título de Mestre em
Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao
Programa de Pós-Graduação Stricto
Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras,
área de concentração: Sociedade, Cultura
e Fronteiras.

Linha de Pesquisa: Território, História e
Memória

Orientador: Prof. Dr. Oscar Kenji Nihei

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Zembrzuski, Letícia Janaina Possa

A adaptação dos estudantes universitários estrangeiros no Brasil em face da internacionalização do ensino superior: uma revisão de escopo / Letícia Janaina Possa Zembrzuski; orientador Oscar Kenji Nihei. -- Foz do Iguaçu, 2021.

71 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2021.

1. Migração Estudantil. 2. Fronteiras Acadêmicas. 3. Políticas de Acolhimento. I. Nihei, Oscar Kenji, orient. II. Título.

LETÍCIA JANAINA POSSA ZEMBRZUSKI

A ADAPTAÇÃO DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS ESTRANGEIROS NO
BRASIL EM FACE DA INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UMA
REVISÃO DE ESCOPO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, área de concentração Sociedade, Cultura e fronteiras, linha de pesquisa Território, História e Memória, sendo aprovada, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Robson Zazula - Membro Titular
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) - Foz do Iguaçu-PR

Prof^a. Dra. Isis Ribeiro Berger – Membro Titular
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Foz do Iguaçu-PR

Prof. Dr. Oscar Kenji Nihei (Orientador) – Membro Titular
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Foz do Iguaçu-PR

FOZ DO IGUAÇU – PR
2021

Dedico este estudo a Deus e à minha mãe
com amor e gratidão eterna!

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus por todas as bênçãos concedidas e oportunidades de vida que me concede todos os dias.

Agradeço aos meus familiares e amigos, pelo apoio e incentivo, em especial a minha mãe Maria Lourdes Zembrzuski, que com carinho e dedicação me acompanha em todas as lutas, minha companheira no caminho e grande incentivadora nas buscas por melhorias na educação.

Aos professores do Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, pelos ensinamentos e por dividir as alegrias e as esperas pela concretização de mais conhecimento no âmbito educacional, especialmente ao Professor Dr. Oscar Kenji Nihei, pela dedicada parceria e orientação na elaboração deste estudo.

ZEMBRZUSKI, Letícia Janaina Possa. **A adaptação dos estudantes universitários estrangeiros no Brasil em face da internacionalização do ensino superior: uma revisão de escopo**. 2021. 70 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

RESUMO

Este estudo aborda a adaptação dos estudantes universitários estrangeiros no Brasil dentro da perspectiva da internacionalização do Ensino Superior e foi motivado pela necessidade de compreender a realidade desses estudantes que buscam capacitação fora de seu país de origem. Procurou-se analisar os avanços sobre o tema nos últimos anos e que necessitam ser esclarecidos através de análises que induzem a medidas de balizamentos teóricos e empíricos estabelecidos para entender os fluxos estudantis e os fatores facilitadores e dificultadores envolvidos. Assim, a pesquisa objetivou analisar o processo de adaptação de estudantes universitários estrangeiros nas universidades brasileiras. O método adotado foi a da revisão de escopo que compreendeu o emprego de buscas em bases bibliográficas online de publicações entre 2009 a 2019, utilizando como pergunta norteadora: “Quais os fatores que incidem na adaptação dos estudantes de graduação estrangeiros imigrantes ao buscar uma formação universitária no Brasil?”. Como resultado da pesquisa, foram selecionados 11 estudos que atenderam aos critérios de inclusão. Esses estudos apontaram que há elementos facilitadores, como a rede de amizades e relações sociais, a assistência estudantil, a língua e aspectos culturais e afetivos, mas também há dificultadores da adaptação relacionados às dificuldades da vida cotidiana (adaptação alimentar, moradia, saúde, custo de vida, clima e segurança). Por outro lado, também existem dificuldades de natureza social e afetiva representadas pelo preconceito e discriminação que sofrem, a ausência familiar que conduz a sofrimento psíquico, ao mesmo tempo fica claro que as políticas públicas de acolhimento e assistência estudantil nas universidades necessitam ser aprimoradas, para atuarem na redução da evasão nas universidades.

Palavras-chaves: Migração Estudantil. Fronteiras Acadêmicas. Políticas de Acolhimento

ZEMBRZUSKI, Letícia Janaina Possa. **The adaptation of foreign university students in Brazil in view of the internationalization of higher education: a scope review.** 2021. 70 f. Dissertation (Interdisciplinary Masters in Society, Culture and Borders) - State University of Western Paraná. Foz do Iguaçu.

ABSTRACT

This study addresses the adaptation of foreign university students in Brazil within the perspective of the internationalization of Higher Education and was motivated by the need to understand the reality of these students who seek training outside their country of origin. An attempt was made to analyze the advances on the subject in recent years, which need to be clarified through analyzes that lead to measures of theoretical and empirical frameworks established to understand student flows and the facilitating and hindering factors involved. Thus, the research aimed to analyze the adaptation process of foreign university students in Brazilian universities. The method adopted was the scope review, which included the use of searches in online bibliographic databases of publications between 2009 and 2019, using as a guiding question: "What factors affect the adaptation of foreign immigrant undergraduate students when seeking a university education in Brazil? ". As a result of the research, 11 studies that met the inclusion criteria were selected. These studies showed that there are facilitating elements, such as the network of friendships and social relationships, student assistance, language and cultural and affective aspects, but there are also difficulties in adaptation related to the difficulties of daily life (adaptation of food, housing, health, cost of life, climate and safety). On the other hand, there are also social and emotional difficulties represented by the prejudice and discrimination they suffer, the family absence that leads to psychological distress, at the same time it is clear that public policies for reception and student assistance at universities need to be improved, to act in the reduction of dropouts in universities.

Keywords: Student Migration. Academic Frontiers. Reception Policies

Lista de Figuras

Figura 1. Fluxograma das etapas de seleção dos artigos nas bases de dados bibliográficas.....	52
--	----

Lista de Quadros e Tabelas

Quadro 1 – Resultados da busca em base de dados digitais realizado pela pesquisadora 1.....	22
Quadro 2 – Resultados da busca em base de dados digitais realizado pela pesquisadora 2.....	22
Quadro 3 - <i>Checklist</i> de uma revisão de escopo.....	23
Quadro 4 - Fases da internacionalização do Ensino Superior no Brasil, 2019	45
Quadro 5: Fatores facilitadores e dificultadores da adaptação de estudantes estrangeiros no Brasil identificados nos estudos selecionados na revisão de escopo, 2020.....	57
Tabela 1 - Resultados da busca em base de dados bibliográficas, 2020.....	51
Tabela 2 - Caracterização das publicações selecionadas na revisão de escopo, segundo ano de publicação, autoria e título, 2020.....	53
Tabela 3 - Caracterização das publicações selecionadas na revisão de escopo segundo periódico ou programa de pós-graduação, instituição de pesquisa, tipo publicação e nacionalidade dos estudantes estrangeiros pesquisados, 2020....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AECI	Agência Espanhola de Cooperação Internacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IES	Instituições de Educação Superior
JI	<i>Joanna Briggs Institute</i>
MCTI	Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAIE	Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros
PCC	População, Conceito e Contexto
PBE	Prática Baseada em Evidências
PMI	Prime Minister Initiative
REUNI	Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PRISMA	<i>Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses</i>
ScR	<i>extension for Scoping Reviews</i>
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SCIELO	Scientific Electronic Library
UA	Universidade Austral
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIDA	<i>Universidad de la Integración de las Américas</i>
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNINTER	<i>Universidad Internacional Tres Fronteras;</i>
UPAP	<i>Universidad Politécnica y Artística;</i>
UPE	<i>Universidad Privada Del Este</i>
UCP	<i>Universidad Central del Paraguay</i>
UNLP	<i>Universidad Nacional de La Plata</i>
USP	Universidade Estadual de São Paulo
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFV	Universidade Federal de Vitória
UCES	Universidade de Negócios e Ciências Sociais
AIU	Universidade Interamericana Aberta
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana no Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. TEMA.....	17
1.2. PROBLEMA E PERGUNTA DE PESQUISA.....	17
1.3. JUSTIFICATIVA	17
1.4. OBJETIVOS.....	19
1.4.1. Objetivo Geral	19
1.4.2. Objetivos Específicos.....	19
1.5. PERCURSO METODOLÓGICO	19
1.5.1. Tipo de pesquisa.....	19
1.5.2. Coleta de dados.....	20
1.5.3. Revisão de escopo (<i>Scoping Review</i>)	21
2. INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	26
2.1 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO MUNDO.....	33
2.1.1 Continente Europeu	34
2.1.2 Continente Asiático	38
2.1.3 Continente Americano	40
2.1.4 Oceania.....	42
2.2 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	44
3. ACOLHIMENTO AOS ESTUDANTES ESTRANGEIROS/MIGRANTES: ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS.....	49
4. RESULTADOS DA REVISÃO DE SCOPO.....	52
5. ANÁLISE DAS POLÍTICAS ESTRATÉGICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO ...	59
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
7. REFERÊNCIAS.....	67

1. INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vem sendo movida por interesses que podem levar as pessoas a buscar por conhecimento, especialmente, os jovens que se encontram na fase de definir sua vocação e se inserir no mundo do trabalho.

A busca pelo conhecimento e pelo reconhecimento de sua condição e *status* leva muitos jovens a migrar em busca de escolas e universidades que atendam às suas necessidades de formação, porém, nem sempre estas escolas estão localizadas no país de origem dos estudantes, levando a uma migração estudantil internacional.

A internacionalização é um fenômeno que vem sendo estudado em todo o mundo, a UNESCO (2015) apresentou as seguintes considerações:

A mobilidade acadêmica internacional é possivelmente a forma mais comum de internacionalização do ensino superior. No entanto, o termo também inclui uma “internacionalização em casa”, que significa a influência da internacionalização no âmbito interno dos países. Essa influência pode se manifestar de diversas formas, como, por exemplo, por meio da internacionalização do currículo, a visita de professores internacionais e a presença da população estudantil internacional no campus. Além disso, em um contexto de globalização, a internacionalização do ensino superior implica uma mudança de escala, escopo e cultura, em que as instituições de ensino superior definem cada vez mais suas missões e seus valores em termos mais globais, não só em termos locais ou nacionais (UNESCO, 2015 *apud* GOMES e GUERRA, 2018, p.32).

Estudos sobre a democracia na América Latina indicam que o sistema internacional de educação superior é altamente excludente em relação à formação universitária de países desenvolvidos (LAISNER, 2019). A motivação para realizar esta pesquisa surge da necessidade de refletir a respeito das lutas e potenciais dificuldades que alguns estudantes universitários podem enfrentar para se adaptarem socialmente em um país estrangeiro.

O desenvolvimento desta pesquisa foi motivado pela busca de conhecimento sobre a internacionalização educacional do Ensino Superior como decorrência das dificuldades enfrentadas por esta pesquisadora como docente do ensino superior, pois ao presenciar o fato de que quando os alunos de outras nacionalidades e culturas necessitam adaptar a sua base de conhecimento e comunicação ao contexto social e estudantil brasileiro, o que acontece com frequência em instituições de ensino da tríplice fronteira, ocorrem dificuldades no trato desta questão.

A tríplice fronteira a que se refere este texto, compreende os limites territoriais do Brasil, Paraguai e Argentina, representado pelas cidades de Foz do Iguaçu – BR, Ciudad Del Este – PY e Puerto Iguazu – AG.

Estudar e trabalhar com Ensino Superior na tríplice fronteira estimula a busca de uma compreensão a respeito da formação universitária. As três cidades que formam a fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina são Foz do Iguaçu - BR, Ciudad Del Este - PY e Puerto Iguazu - AR, respectivamente. Esta região vem, ultimamente, abrigando um dos maiores polos estudantis da América do Sul, representado por faculdades de medicina no Paraguai (UNIDA – *Universidad de la Integración de las Américas*; UNINTER – *Universidad Internacional Tres Fronteras*; UPAP – *Universidad Politécnica y Artística*; UPE - *Universidad Privada Del Este*; UCP – *Universidad Central del Paraguay*) e Argentina (Universidade de Buenos Aires (UBA); Universidade Nacional de La Plata; (UNLP); Universidade Austral; Universidade de Negócios e Ciências Sociais (UCES); Universidade Interamericana Aberta (AIU)), porém nenhuma delas na região da tríplice fronteira e pela UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana no Brasil, em Foz do Iguaçu-PR.

Assim, milhares de estudantes migrantes residem nesta região de tríplice fronteira e movimentam a sociedade local, e estima-se que cerca de 18 mil estudantes brasileiros estudem medicina no Paraguai (WEBER, 2019). A Unila, localizada em Foz do Iguaçu-PR, foi criada no ano de 2010, com o objetivo de proporcionar formação universitária, pública e de qualidade na região, além de integrar essa formação com estudantes de outros países da América Latina. A cidade argentina de Puerto Iguazu é a porta de entrada de estudantes brasileiros que estudam medicina na Argentina, enquanto que a cidade paraguaia de Ciudad Del Este é a porta de entrada de estudantes brasileiros que estudam medicina no Paraguai.

De acordo com Weber (2019) cerca de 18.000 estudantes brasileiros estão matriculados em cursos da área de saúde nas faculdades de Ciudad Del Est, e outros 12.000 estudantes estudam medicina na região de Pedro Juan Caballero, cidade paraguaia que faz fronteira com Ponta Porã no Mato Grosso do Sul.

Diante disso, este estudo aborda a Internacionalização do Ensino Superior com a finalidade de compreender como os estudantes que fazem a opção de estudar em um país estrangeiro vivem esta realidade, sendo importante reconhecer os tipos de desafios enfrentados por estes estudantes em todo o mundo, pois é sabido que muitos

estudantes são admitidos em universidades estrangeiras por meio de intercâmbio. Porém, de acordo com Webber (2019), na realidade da tríplice fronteira a prática mais comum é que os estudantes não participem de intercâmbio acadêmico formal, promovido pelas instituições de ensino superior, e matriculem-se nos cursos estrangeiros por conta própria, o que implica em dificuldades diversas, como financeiras, distanciamento da família, dentre outros, e na busca futura de validação dos diplomas após a conclusão do curso.

Os intercâmbios internacionais envolvem instituições mundialmente famosas no Continente Europeu, América do Norte e Ásia, e estas universidades por serem de alto prestígio, selecionam os estudantes que podem testar habilidades condizentes com as exigências das mesmas e desenvolvem políticas de acolhimento para os selecionados.

Na união Europeia, por exemplo, os ministros de educação dos países membros assinaram em 1999 a Declaração de Bolonha, que desencadeou uma grande reforma universitária em todos os países que adotaram princípios e critérios comuns para seus currículos. Esse pacto promoveu a mobilidade estudantil e o intercâmbio de conhecimentos que motivou o desenvolvimento da educação superior no Continente Europeu. Em 2004, a União Europeia criou o Programa Erasmus que tem como objetivo financiar e promover o intercâmbio estudantil e mobilidade acadêmica entre os alunos das universidades europeias, especialmente entre Portugal e Espanha. (CASTRO; CABRAL NETO, 2011).

Em contrapartida, de acordo com Chibiaqui (2016), na tríplice fronteira, os estudantes brasileiros que residem em Foz do Iguaçu e estudam no exterior cruzam a fronteira diariamente e não contam com nenhuma política de acolhimento por parte das universidades ou instituições afins para tal empreendimento, e muitos optam por residir em Ciudad del Este no Paraguai, enquanto que os estudantes da UNILA, tanto os brasileiros vindos de outras regiões do Brasil quanto os alunos estrangeiros, muitos contam com financiamento do Estado e recebem proteção e assistência para que se mantenham na universidade, sendo esta uma das políticas dessa instituição.

A necessidade de compreender os processos de adaptação dos estudantes universitários estrangeiros imigrantes no Brasil conduz a uma revisão bibliográfica de publicações sobre a percepção real dessa adaptação e integração estudantil.

O conhecimento desenvolvido a respeito da universalização do ensino superior e as práticas de acolhimento que podem facilitar a adaptação dos estudantes

estrangeiros ainda não oferecem os saberes necessários para contornar os desafios que surgem na adaptação de tais estudantes.

Neste contexto, o presente estudo tem como foco a adaptação dos estudantes universitários estrangeiros imigrantes no Brasil, pois são estudantes de outros países que necessitam adaptar-se a questões relacionadas à cultura brasileira, à comunicação em português enquanto língua padrão das universidades, aos hábitos alimentares e de relacionamento social, tudo isso, implica em desenvolver estratégias de acolhimento universitário e social para que os estudantes estrangeiros desenvolvam seus estudos completamente.

O ensino superior atual contribui para a centralidade no mundo globalizado, onde a internacionalização é entendida como intercâmbio de estudantes entre países e a integração latino-americana proposta pelo Brasil é relegada a um plano inferior e tratada com preconceito (WEBBER, 2019).

As políticas neoliberais que se instalaram no contexto político da América Latina nos últimos anos vêm combatendo o desenvolvimento de estudos e pesquisas de nível superior, é uma tentativa de submergir as camadas populares à insignificância e manter um alto índice de trabalhadores facilmente exploráveis afastados dos conhecimentos (GIRARDI, 2019). O contexto educacional como um todo passa por um processo de desvalorização de motivação política, mas o ensino superior sofre intensamente as medidas de contenção de custos e a tentativa de formar barreiras culturais e segregadoras que impeçam culturas nativas de obter status de conhecimento na sociedade (LAISNER, 2019).

Desta forma, este estudo objetiva utilizar uma abordagem de revisão bibliográfica de escopo (*scoping review*) para identificar e analisar como vem ocorrendo a adaptação dos estudantes estrangeiros migrantes dentro do processo de internacionalização no ensino superior proposto pelo Brasil, desta forma, a pesquisa é operacionalizada a partir da definição de objetivos específicos como: identificar os fatores que incidem na adaptação de estudantes estrangeiros no Brasil e categorizar os possíveis tipos de facilidades e dificuldades de adaptações identificadas no estudo.

Esta dissertação apresenta no primeiro capítulo os conceitos que envolvem a internacionalização do ensino superior no mundo e no Brasil. No segundo capítulo desenvolve os conhecimentos a respeito das políticas institucionais de acolhimento aos estudantes estrangeiros/imigrantes em universidades brasileiras. O terceiro capítulo analisa o processo de adaptação desses estudantes, abordando a

identificação das barreiras existentes na comunicação/idioma, dificuldades com socialização, econômica, cultural, entre outras, na forma dos resultados da revisão de escopo e discussão dos dados.

1.1. TEMA

Diante do exposto, o tema proposto para este estudo é o da adaptação dos estudantes universitários estrangeiros imigrantes no Brasil durante seus processos de formação e capacitação profissional.

1.2. PROBLEMA E PERGUNTA DE PESQUISA

Entre as atuais tendências que se apresentam como centrais nas discussões e debates que visam a criação de políticas públicas de formação e modernização do Ensino Superior, destaca-se a internacionalização, que apresenta uma concepção ampliada da cooperação interinstitucional, inserindo uma dimensão intercultural em todos os aspectos da educação e da pesquisa. Assim, este tema, por ser importante no contexto universitário, em busca de soluções adequadas aos problemas que se apresentam no ambiente estudantil de ensino superior, merece mais pesquisas e busca por soluções humanizadas para esta questão, por isso, este estudo se desenvolve com o intuito de contribuir na identificação dos problemas de adaptação, para os aspectos que precisam ser superados na contenção da evasão escolar na universidade, especialmente entre alunos estrangeiros.

Assim, esta pesquisa compreende a busca de resposta para a seguinte questão: Quais os fatores que incidem na adaptação dos estudantes estrangeiros imigrantes ao buscar uma formação universitária no Brasil?

1.3. JUSTIFICATIVA

A justificativa para realização de um estudo sobre os problemas de adaptação dos estudantes estrangeiros no Brasil diante da internacionalização do Ensino Superior, busca uma compreensão a respeito da imigração e adaptação dos estudantes para, a partir de uma análise com perspectiva institucional, encontrar a solução para os problemas de adaptação vivenciado pelos estudantes estrangeiros

que estão matriculados nas universidades brasileiras, tendo em vista a organização do ensino superior de formação profissional no Brasil.

Ao relacionar essa internacionalização com a realidade da tríplice fronteira depara-se com uma realidade peculiar, onde muitos estudantes brasileiros que residem no Paraguai e que são regionalmente denominados de brasiguaios, estudam em faculdades públicas e particulares da cidade de Foz do Iguaçu. Em contrapartida, muitos estudantes brasileiros procuram as faculdades de medicina do Paraguai e da Argentina para realizar seus estudos.

Outro importante fator de pesquisa é a análise da adaptação dos estudantes estrangeiros que estudam na UNILA – Universidade da Integração Latino Americana e outras universidades de diferentes regiões do Brasil que recebem estudantes estrangeiros em cursos de graduação. De acordo com Chibiaqui (2016), em 2010 quando foi criada a Unila, fatos e conflitos foram verificados com a chegada dos primeiros alunos, especialmente em relação à adaptação dos alunos e ao preconceito por parte da população local. Isso indica que a adaptação do estudante passa também pela condição de acolhimento, ou seja, desenvolver a orientação do estudante para sua adaptação social, afetiva e cultural.

Diante disso, é importante conhecer por meio da literatura científica e dos estudos sobre políticas acadêmicas de acolhimento relativo à internacionalização no ensino superior, os desafios de adaptação que ocorrem e as possíveis soluções apresentadas nestes ambientes sobre a formação profissional dos estudantes migrantes. O assunto é pouco pesquisado e, atualmente, nem mesmo politicamente, apesar da internacionalização desenvolver-se em todo o mundo como um meio de estimular pesquisas e construir conhecimentos científicos em todo o mundo, ainda é escasso o desenvolvimento de pesquisas sobre a adaptação dos estudantes estrangeiros.

Considera-se muito importante compreender como os diversos fatores relacionados à imigração temporária dos estudantes universitários estrangeiros no Brasil interferem na adaptação desses estudantes à nova realidade de vida, cultural, e estudantil em um novo país.

Assim, é fundamental que sejam definidos objetivos de pesquisa que contribuam para esclarecer os fatores determinantes da migração dos universitários e sua adaptação no Brasil.

1.4. OBJETIVOS

1.4.1. Objetivo Geral

- Compreender como se dá a adaptação dos estudantes de graduação estrangeiros no Brasil diante da tendência de internacionalização do Ensino Superior.

1.4.2. Objetivos Específicos

- Identificar os fatores que incidem na adaptação de estudantes estrangeiros no Brasil;
- Categorizar os possíveis tipos de facilidades e dificuldades de adaptações identificadas no estudo.

1.5. PERCURSO METODOLÓGICO

1.5.1. Tipo de pesquisa

Este estudo envolveu um levantamento e revisão bibliográfica, sendo estudo delimitado como uma revisão de escopo para, assim, mapear os principais estudos sobre a adaptação dos alunos de graduação estrangeiros no Brasil. Feito isso, examinamos a sua extensão, seu alcance para divulgar os dados da investigação, contribuindo para identificar e compreender as necessidades de conhecimento e as lacunas de outras pesquisas existentes (MENEZES *et al.*, 2015).

O método de revisão de escopo constitui basicamente um instrumento da Prática Baseada em Evidências (PBE), que segundo Souza, Silva e Carvalho (2010) são iniciativas que têm gerado um incremento na necessidade de produção de todos os tipos de revisões de literatura. Embora importantes, os métodos de revisão como a sistemática e a meta-análise, não contemplam importantes pontos que podem ampliar o horizonte e aprofundamento de um tema específico.

A meta-análise compreende a revisão combinando as evidências de múltiplos estudos primários a partir do emprego de instrumentos estatísticos, assim, aumenta a objetividade e a validade dos achados. A revisão sistemática, por sua vez, é uma síntese rigorosa de todas as pesquisas de uma determinada natureza, como exemplo,

enfocando estudos experimentais e ensaios clínicos randomizados (SOUZA, SILVA e CARVALHO, 2010).

A revisão integrativa é mais ampla, podendo incluir estudos mais diversos, experimentais e não-experimentais, na busca por compreender um fenômeno. Os dados da literatura teórica e empírica são comparados, assim, surgem a definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular. Trata-se de buscar uma amostra ampla, com propostas múltiplas e capazes de gerar um panorama de conceitos complexos e teorias relevantes (SOUZA, SILVA e CARVALHO, 2010).

Souza, Silva e Carvalho (2010) apresentam a revisão integrativa como a análise minuciosa das teorias e conceitos apresentados pela literatura informativa de um assunto, enquanto a revisão de escopo é uma abordagem ampla que permite estudos experimentais e não-experimentais, procurando compreender o fenômeno de maneira completa, tratando-se de uma pesquisa empírica e teórica que abre para diferentes perspectivas de análise, define conceitos, revisa teorias, metodologias e evidências do objetivo de pesquisa, permitindo a compreensão dos conceitos complexos, das teorias e problemas relevantes investigados.

Assim, a revisão de escopo, se apresenta como uma abordagem metodológica, que permite a inclusão de métodos diversos com potencial para desempenhar um importante papel na PBE, em relação ao tema do presente estudo, a adaptação dos estudantes de graduação migrantes estrangeiros no Brasil. Neste aspecto, a análise de escopo se diferencia das linhas de estudos existentes. A revisão de escopo é muito usada em estudos da área de saúde e pode ser adotada para identificar e compreender os tipos de pesquisa mapeando as informações para identificar variáveis e categorias desconhecidas (MENEZES *et al.*, 2015).

A comparação entre a revisão de escopo e a revisão integrativa apresentada, demonstra que ambas as revisões são descritivas e são diferenciadas pelo tipo de análise da produção científica que apresentam.

1.5.2. Coleta de dados

Uma coleta de dados requer a utilização de técnicas que permitam somar conhecimentos, assim, por meio da busca de conhecimentos científicos já publicados realiza-se a revisão bibliográfica.

Segundo Gil (2009) qualquer que seja o instrumento utilizado, devem possibilitar a obtenção de dados a partir do ponto de vista dos pesquisados, assim, uma revisão bibliográfica apresenta os resultados de estudo científicos já desenvolvidos e publicados. Neste estudo, a coleta de dados é realizada por meio de pesquisa bibliográfica.

Para Gil (2010) a pesquisa bibliográfica pode ser entendida como um estudo exploratório em um determinado tema, contudo, proporciona a familiaridade do pesquisador com o assunto que será pesquisado.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010), uma pesquisa bibliográfica busca explicar o problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Este tipo de pesquisa pode ser realizada de forma independente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental.

Desta forma, a pesquisa bibliográfica será utilizada no desenvolvimento do trabalho, fornecendo embasamento para avaliar as informações e identificar os problemas de adaptação dos estudantes migrantes.

A obtenção e apresentação dos resultados será realizada utilizando o método da análise de escopo.

1.5.3. Revisão de escopo (*Scoping Review*)

Um estudo realizado por meio de *Scoping Review*, segue a proposta do *Joanna Briggs Institute* (JBI), que criou protocolos de mapeamento para identificar e selecionar os estudos em função de um objeto/pergunta de pesquisa (JBI, 2015).

Para a construção da pergunta da pesquisa, aplicou-se a estratégia População, Conceito e Contexto (PCC) (COTTA FILHO, 2020). Para esta pesquisa, utilizaram-se as seguintes definições:

TERMOS	DEFINIÇÃO
População	Estudantes de graduação estrangeiros/internacionais/migrantes no Brasil;
Conceito	Adaptação;
Contexto	Migração para estudo universitário.

A pergunta norteadora da pesquisa foi: “Quais os fatores que incidem na adaptação dos estudantes de graduação estrangeiros imigrantes ao buscar uma formação universitária no Brasil?”.

Para a presente pesquisa foram consultadas as seguintes bases de dados bibliográficas: *Scientific Electronic Library* (SCIELO), *Web of Science* e banco de dissertações e teses da CAPES e *Lilacs* por meio dos descritores e/ou seus sinônimos, com a combinação por meio dos termos booleanos AND e OR. Os termos utilizados foram: (estudantes or estudantes or students) and (universidade or university or universidad or college or undergraduate or facultade or graduação or pregrado or graduación) and (internacional or estrangeiro or extranjero or foreign or intercâmbio or intercambio or exchange or migrante or migrant).

A pesquisa envolveu todos os estudos existentes nos referidos bancos de dados, tendo como critérios de inclusão artigos originais, teses e dissertações com abordagem à pergunta de pesquisa e como critérios de exclusão textos de editoriais e artigos de revisão narrativa. Foram incluídos os estudos realizados nos idiomas inglês, espanhol e português, com abordagens quantitativa e qualitativa, estudos primários, revisões sistemáticas, metanálises e/ou metassínteses, e artigos de congresso publicados em fontes indexadas ou na literatura cinzenta, que respondam à pergunta de pesquisa.

Para a identificação dos estudos, foi realizada a leitura criteriosa do título, resumo e palavras-chaves de todas as publicações localizadas pela estratégia de busca e, posteriormente, foi verificado a adequação com critérios de inclusão estabelecidos. Quando os estudos em que o título, o resumo e as palavras-chaves não foram suficientes para definir a seleção, foi realizada a leitura do artigo na íntegra. Após a análise crítica dos artigos, os estudos selecionados foram analisados para extração dos dados do estudo. Para a extração dos dados, entre esses estudos selecionados, foi construído um instrumento estruturado para essa finalidade, onde foram extraídos: 1) Tipo de estudo; 2) Idioma; 3) País de realização; 4) Objetivos; 5) Resultados obtidos; 6) Conclusões.

O Quadro 1 apresenta o resultado das buscas digitais realizadas neste estudo, que foram realizadas entre 15 de outubro a 15 de novembro de 2020.

Quadro 1 – Resultados da busca em base de dados digitais realizado pela pesquisadora 1, 2020.

BASE DE DADOS	Busca total	Por títulos	Por resumos
Scielo	34	14	05
Web of Science	402	37	22
Lilacs	33	11	06
CAPES	916	47	08
Total	1385	109	41

Fonte: autoria própria.

Para conferir maior rigor e verificar se a busca foi realizada corretamente, fez-se uma contraprova, indicando que os indicadores demonstravam a existência de referências relacionadas à adaptação de estudantes no Brasil, assim a pesquisa foi realizada por uma segunda pesquisadora, Shirley Mara Teixeira Wilhelm, professora de matemática e mestranda da Unioeste na formação em Matemática, que de forma independente, colaborou na pesquisa e apresentou os seguintes resultados, expressos no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Resultados da busca em base de dados digitais realizado pela pesquisadora 2, 2020.

BASE DE DADOS	Busca total	Por títulos	Por resumos
Scielo	34	12	04
Web of Science	398	34	18
Lilacs	36	09	04
CAPES	920	42	05
Total	1388	97	31

Fonte: autoria própria.

Dessa forma, a busca em base de dados foi realizada por duas pesquisadoras independentes com cruzamento dos resultados obtidos, o que permitiu a verificação de discrepâncias entre os achados e a sua relação com o assunto da pesquisa, assim definiu-se quais publicações seriam incluídas em cada etapa deste estudo.

A pesquisa realizada indicou artigos duplicados em mais de uma base de dados, sendo excluídos da pesquisa. Além disso, o preparo da presente pesquisa procurou seguir o recentemente criado *Preferred Reporting Items for Systematic*

reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) Checklist, que consiste em um roteiro para guiar a preparação de relatório de revisão de escopo (JBI, 2015).

O PRISMA-ScR é composto por 22 itens divididos nos capítulos obrigatórios do relatório de revisão: Título, Resumo, Introdução, Método, Resultados, Discussão e Financiamento. Assim, elabora-se um quadro denominado de PRISMA-ScR esclarecendo acerca do desenvolvimento da revisão, como ocorrem as adequações e a descrição dos conhecimentos prévios (Quadro 3).

Quadro 3: *Checklist* de uma revisão de escopo.

SEÇÃO	ITEM PRISMA-SCR	ITEM DA LISTA DE VERIFICAÇÃO
TÍTULO	1. Título	Identifica o relatório como uma revisão de escopo.
RESUMO	2. Resumo estruturado	Forneça um resumo estruturado que inclua (como aplicável): antecedentes, objetivos, critérios de elegibilidade, fontes de evidência, métodos de gráficos, resultados e conclusões relacionadas às questões de revisão e Objetivos.
INTRODUÇÃO	3. Fundamentação	Descreva a justificativa da revisão no contexto de o que já é conhecido. Explique por que a revisão questões / objetivos se prestam a um escopo abordagem de revisão.
	4. objetivos	Forneça uma declaração explícita das perguntas e objetivos sendo tratados com referência às suas principais elementos (por exemplo, população ou participantes, conceitos e contexto) ou outros elementos-chave relevantes usados para conceituar as questões e / ou objetivos da revisão.
MÉTODOS	5. Protocolo e cadastro	Indique se existe um protocolo de revisão; declarar se e onde ele pode ser acessado (por exemplo, um endereço da Web); e se disponíveis, forneça informações de registro, incluindo o número de registro.
	6. Critério de eleição	Indique se existe um protocolo de revisão; declarar se e onde ele pode ser acessado (por exemplo, um endereço da Web); e se disponíveis, forneça informações de registro, incluindo o número de registro.
	7. Em formação fontes*	Descreva todas as fontes de informação na pesquisa (por exemplo, bancos de dados com datas de cobertura e contato com autores para identificar fontes adicionais), bem como data em que a pesquisa mais recente foi executada.
	8. Procurar	Apresente a estratégia de pesquisa eletrônica completa por pelo menos um banco de dados, incluindo os limites utilizados, de forma que possam ser repetidos.
	9. Procurar	Declare o processo para selecionar fontes de evidência (ou seja, rastreamento e legibilidade) incluídos na revisão do escopo.
	10. Gráficos de dados processo	Descreva os métodos de gráficos de dados dos fontes de evidência (por exemplo, formulários calibrados ou formulários que foram testados pela equipe antes do uso e

		se o mapeamento de dados foi feito de forma independente ou em duplicado) e quaisquer processos para obter e confirmando os dados dos investigadores.
	11. Itens de dados	Avaliação crítica de fontes individuais de evidência§
	12. Avaliação crítica de fontes individuais de evidência§	Se feito, forneça uma justificativa para a realização de uma avaliação crítica. avaliação das fontes de evidência incluídas; descreva o métodos utilizados e como essas informações foram usadas em qualquer síntese de dados (se apropriado).
	13. Síntese de resultados	Descreva os métodos de manipulação e resumo dos dados que foram mapeados
RESULTADOS	14. Seleção de fontes de evidência	Forneça um número de fontes de evidência rastreadas, avaliados quanto à elegibilidade e incluídos na revisão, com razões para exclusões em cada estágio, idealmente usando um fluxo diagrama.
	15. Características de fontes de evidência	Para cada fonte de evidência, apresente características para quais dados foram mapeados e fornecem as citações
	16. Avaliação crítica dentro de fontes de evidência	Se feito, apresente dados sobre a avaliação crítica dos fontes de evidência (ver item 12).
	17. Resultados de fontes individuais de evidência	Para cada fonte de evidência incluída, apresente o dados relevantes que foram mapeados relacionados à revisão perguntas e objetivos.
	18. Síntese dos resultados	Resuma e / ou apresente os resultados do gráfico conforme relacionam-se às questões e objetivos da revisão
DISCUSSÃO	19. Sumário de evidência	Resuma os principais resultados (incluindo uma visão geral dos conceitos, temas e tipos de evidência disponíveis), link às questões e objetivos da revisão e considere as relevância para grupos-chave.
	20. Limitações	Discuta as limitações do processo de revisão do escopo
	21. Conclusões	Forneça uma interpretação geral dos resultados com respeito às questões e objetivos da revisão, bem como como possíveis implicações e / ou próximas etapas
FINANCIAMENTO	Financiamento	Descreva as fontes de financiamento para as fontes incluídas de evidência, bem como fontes de financiamento para o escopo

Fonte: Adaptado de Manual JBI (JBI, 2015).

O quadro PRISMA-ScR serve como indicador dos principais pontos a serem considerados para o preparo da publicação de uma revisão de escopo. Assim, este é o protocolo mais indicado para realizar a análise de escopo das publicações científicas a respeito da adaptação de estudantes estrangeiros.

A aplicação do PRISMA contribui para a construção de uma abordagem crítica dos textos analisados no escopo, entretanto também esclarece sobre as limitações da pesquisa, uma vez que uma revisão com rol muito amplo de textos impossibilitará realizar a análise do escopo com mais equidade e segurança nas afirmações.

2. INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Para compreender o contexto da internacionalização deve-se conceber que se trata de um processo que se refere as trocas econômicas, políticas, culturais entre nações, resultando em relações pacíficas ou conflituosas, que tanto podem ser identificadas pela complementaridade quanto pela concorrência. No entanto, de acordo com Moura e Almeida (2016), a internacionalização do ensino superior surge como um movimento de padronização internacional do ensino universitário, que teve início em 1988 quando a França, Alemanha, Itália e Reino Unido assinaram a Declaração da Sorbone, visando a construção de um espaço comum na Europa e, posteriormente, com a Declaração de Bolonha o acordo alcançou 29 países dispostos a homogeneizar este segmento educacional.

A globalização, por sua vez, compreende um processo voltado ao desenvolvimento econômico, político e cultural em todo o mundo. Decorre do início da comercialização entre países que surgiu no período das Grandes Navegações no século XVI, sendo intensificada com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação, de forma a permitir maiores trocas culturais e de conhecimento, o que deve ser um propulsor no âmbito da formação de conhecimento e, conseqüentemente, da necessidade de internacionalizar o conhecimento (MARCOS, 2018).

A migração estudantil não é um fenômeno recente na história da educação internacional, até o século XIX, os jovens pertencentes às classes mais altas da sociedade migravam para a Europa em busca de formação universitária. O termo aliança era empregado no sentido de cooperação e servia para que jovens da elite buscassem formação em renomadas instituições. No Brasil Colônia era comum aos jovens buscar a metrópole em busca de formação universitária, esse processo não era considerado migração porque a colônia dependia politicamente da metrópole. Somente a partir da Segunda Guerra Mundial, os sistemas de cooperação internacional ganharam uma nova conotação, quando vários países passaram a operar em conjunto no âmbito das relações internacionais. Assim, os sistemas de cooperação internacional pressupõem a formação da consciência de diversidade dos indivíduos de diferentes nações em relação à produção de conhecimento científico (MIRANDA; FOSSATI, 2018).

Ao analisar historicamente as universidades, constata-se que, até meados do século XX, os estudantes deslocavam-se dentro da Europa para as universidades

italianas (Pádua, Bolonha, Siena) e francesas (Paris, Montpellier, Orleans) a fim de desenvolver seus estudos e colar grau durante o seu retorno (CHARLE; VERGER, 1996).

Essa mobilidade ocorria em busca de novos conhecimentos e descobertas em diferentes partes do continente europeu. No entanto, atualmente, o Ensino Superior afirma a convicção de que se devem fundamentar os valores das primeiras universidades europeias e que a expansão deste tipo de ensino deve ser realizada num sistema de cooperação internacional. É possível perceber, que desde a Idade Média, quando havia poucas universidades e os estudantes tinham que sair de seus países para estudar, já havia indícios e a necessidade de uma internacionalização, que só veio a se concretizar com a globalização econômica nas últimas décadas do século XX (BRASIL, 2012).

De acordo com Luce, Fagundes e Mediel (2016), a globalização tem como característica estar ligada ao contexto de tendências econômicas e acadêmicas do terceiro milênio, no entanto, é no campo da educação superior que se inserem as maiores mudanças.

Stallivieri (2013) pontua que a partir da Conferência Mundial sobre Educação Superior realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO em Paris, no ano de 1998, passou-se a valorizar o conhecimento e o capital intelectual, pois os meios de comunicação e as informações veiculadas aferem uma responsabilidade criativa e de entendimento entre os povos de diferentes nacionalidades, sendo que estes conhecimentos devem ser tratados com espírito de solidariedade mesmo entre países menos desenvolvidos em fóruns internacionais de conhecimento.

O conhecimento que se tem sobre a internacionalização do ensino superior adquire uma importância fundamental para as instituições brasileiras e estrangeiras que atuam neste segmento. De acordo com Stallivieri (2013) coube às universidades repensar o seu papel social neste início de milênio, pois são instituições formadoras de valores e opiniões de caráter universal e, tendo em vista que a mobilidade estudantil intensifica laços internacionais que contribuem na criação de redes de saberes muito amplas, essa internacionalização aproxima as comunidades científicas das mais remotas partes do planeta.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil, através de publicações em um caderno denominado "Mundo Afora: Políticas de internacionalização de

universidades” (2012), demonstra que há uma preocupação em fomentar políticas de internacionalização do Ensino Superior, vinculando-as aos temas da inovação visando explorar novas ideias e competitividade superando os rivais no mercado seja de trabalho, de produção ou de serviços. Assim, lançou em 2011, o programa “Ciência sem Fronteiras” que passou a centralizar as políticas públicas do Brasil em termos de internacionalização, porém desde 2014 o programa enfrenta crises políticas e financeiras, o que restringiu o financiamento apenas para cursos de pós-graduação, passando a adotar muitas restrições aos estudantes que buscam estudos no exterior (BRASIL, 2012).

As restrições de formação em cursos de pós-graduação são representadas pela ausência de financiamentos e bolsas de estudo que possam auxiliar os pesquisadores de nível superior a desenvolver pesquisas e manter a sua sobrevivência fora do lar, também a inexistência de políticas de incentivo à pesquisa, e extinção do Programa Ciências sem Fronteiras incidem sobre o progresso na formação e desenvolvimento de pesquisas de nível superior (LAISNER, 2019).

As universidades contribuem, em todo o mundo, com os grandes avanços científicos e tecnológicos, além de integrar os povos, respeitando as diferenças e as especificidades culturais, sociais e naturais de cada nação. Atualmente, os eixos de poder e as relações entre os países sofreram modificações políticas ideológicas, pois, os sistemas de governos são alterados pelos processos democráticos, sendo ora liberais, ora socialistas, afetando também o papel das instituições de ensino superior, pois o conhecimento construído nas universidades contribui para referenciar e planejar o futuro. Neste aspecto, a missão das universidades é produzir e socializar o conhecimento científico para expandir e qualificar as atividades essenciais (STALLIVIERI, 2013).

A internacionalização da educação superior é um conceito muito abrangente e carregado de significados que podem variar de uma pessoa para outra ou de um país para outro. Esse processo de internacionalização ainda necessita ser contextualizado como parte integral do processo educacional (MIRANDA; FOSSATI, 2018).

Existem desafios que impulsionam a universidade rumo à revisão e atualização de estratégias, que possam fazer seus estudantes desenvolverem competências essenciais, acadêmicas e profissionais para que sua interação social seja cada vez mais multicultural e internacional, ou seja que conduza à valorização das culturas de diferentes povos envolvendo a formação de conhecimentos sobre os mais diferentes

locais do planeta, promovendo mudanças em seus sistemas. Atualmente, há um panorama social que obriga as universidades a buscarem planos de cooperação internacional, como caminho para o desenvolvimento de ensino, de pesquisa e de extensão, aferindo à instituição mais competência no desenvolvimento de sua missão social (STALIVIERI, 2013).

A produção do conhecimento é estabelecida como a missão das universidades, sejam elas estrangeiras ou nacionais, não se limitam apenas à formação para o trabalho, mas atuam no sentido de desenvolver conhecimento científico através da pesquisa (STALLIVIERI, 2013). Assim, o caráter mundial da construção do conhecimento acelerado no final do século XX, desenvolveu o processo de internacionalização do ensino superior.

A globalização econômica, na década de 1990, promove a integração das economias, no entanto, há um apelo de entendimento das diferenças culturais, pois com os avanços dos sistemas de comunicação e o surgimento das redes de informação houve um fortalecimento que ampliou o espaço e a necessidade de universalização do conhecimento, esse processo é fortalecido no ambiente universitário e instituições de ensino superior (MIRANDA e FOSSATI, 2018).

Neste contexto, segundo Luce, Fagundes e Mediel (2016) a mobilidade estudantil, as pesquisas dos professores e gestores contribuem para intensificar os laços entre nações, conectando e criando redes de conhecimento. Essas conexões interligam as comunidades científicas do planeta, reforçam a premissa de que é no ambiente universitário que ocorre os avanços científicos e tecnológicos que efetivam a integração. A internacionalização do ensino superior tornou-se um objetivo comum da comunidade científica mundial, pois, ao internacionalizar as instituições, garante-se mais qualidade na renovação e socialização do conhecimento.

De acordo com Castro (2011), a sistematização global de conhecimento conduz os países em desenvolvimento a agregarem-se em busca de superar os atrasos na produção de conhecimento.

As instituições de ensino superior constituem-se em um espaço de construção e de acesso ao conhecimento avançado, implicando, pois, em um instrumento para promoção da cultura, da geração de novos conhecimentos e de atualização permanente. Essas instituições tornam-se protagonistas exercendo um papel prevalente tendo em vista o desenvolvimento e a unidade das nações garantindo a cooperação fundamentada na solidariedade e no respeito às peculiaridades de cada povo (CASTRO, 2011, p. 04).

Na atualidade, segundo Araújo, Silva e Durães (2018), a valorização do conhecimento é fundamental para a evolução da sociedade, tornou-se fundamental para os gestores governamentais a valorização de ideias, dos bens e capitais, isso conduz à percepção de que se faz necessário qualificar para o trabalho e nisto reside a fundamentalidade da educação, o que a torna essencial para o desenvolvimento político e econômico de todas as nações, pois permite a igualdade de oportunidades e de exercício da cidadania.

Essa preocupação fundamental com o exercício da cidadania é recente, pois na segunda metade do século XX as diferenças econômicas e sociais entre nações de diferentes espaços do planeta marcavam, principalmente, os ambientes acadêmicos. O Brasil não fugiu à regra e enfrentou sérios problemas de ordem social, econômica e educacional durante o pós-guerra até a década de 1990.

Na década de 1960 ocorreu a transformação do sistema de educação superior no Brasil, juntamente com conflitos sociais que interferiram nas reformas de base (Agrária, Universitária, Tributária e Administrativa, como as principais) e promoveram um grande movimento estudantil nacional, patrocinado pela União Nacional dos Estudantes (UNE), com foco na reforma no Ensino Superior do país. Toda essa transformação no ensino superior aconteceu no momento em que proliferavam conflitos político-militares no Brasil pela conhecida Revolução de 64, período de exceção que marcou a educação nacional em amplo sentido (VAHL, 1986 citado por GUMBOWSKY, 2015, p. 10).

De acordo com Castro (2011) instalou-se uma lógica neoliberal em que se deseja que países pobres utilizem os mesmos critérios de rentabilidade econômica que vigora nos países ricos, assim podem se adaptar aos parâmetros mundiais de mercado. A economia dita as regras financeiras e educacionais. O aspecto econômico influencia a educação e o conhecimento torna-se mercadoria, e elemento de alavancagem da produtividade econômica. A educação centraliza a produção econômica e estabelece um poder de decisão que valoriza a inovação e o conhecimento dentro do processo econômico.

Entretanto, é importante considerar que quando se trata de conhecimento define-se como internacionalização e nos aspectos econômicos e financeiros define-se pelo termo globalização. Assim, no âmbito da educação superior, a internacionalização representa um conjunto de políticas desenvolvidas pelos sistemas acadêmicos, instituições de ensino superior ou mesmo pelos indivíduos que promovem o enfrentamento ao ambiente acadêmico global (LUCÉ; FAGUNDES; MEDIEL, 2016).

Mückenberger e Miura (2015) apresentam a internacionalização como uma resposta da educação para a globalização econômica. Existem razões que motivam e impulsionam a internacionalização, estabelecendo objetivos, políticas, planos, estratégias, mecanismos de monitoramento e avaliação, estabelecendo clareza a respeito dos valores e coerência entre os motivos, políticas e resultados obtidos com a internacionalização. A motivação pode ser classificada em cinco grupos que correspondem a:

a) Motivos políticos: envolvem segurança nacional, promoção da paz e compreensão mútua entre nações, formação de identidade nacional e regional, entre outros.

b) Motivos econômicos: abrangem a busca por crescimento econômico e aumento da competitividade, o desejo de atender às mudanças no mercado de trabalho, incentivos financeiros e geração de receita adicional.

c) Motivos socioculturais: visam ao desenvolvimento de cidadania, comunitário, entendimento intercultural e formação de uma identidade cultural nacional.

d) Motivos acadêmicos: incluem a dimensão internacional no ensino e na pesquisa, à busca por melhoria da qualidade acadêmica, à tentativa de conquistar padrões e status internacionais, à promoção da ampliação dos horizontes acadêmicos e ao desenvolvimento da própria IES.

e) Motivos mercadológicos: corresponde à reputação da IES e sua marca. Envolve a busca de status, notoriedade e reputação internacional para a instituição, o que aproxima bastante os motivos mercadológicos dos econômicos (MÜCKENBERGER; MIURA, 2015).

De acordo com a UNESCO (2008) há premissas que se destacam em discursos de apoio à internacionalização do ensino superior, uma delas é a capacidade de promover a interação de pessoas de diferentes etnias contribuindo para fundamentar o multiculturalismo¹ por meio da troca de experiências e o desenvolvimento de currículos mais críticos e reflexivos que abarcam diferentes visões de mundo gerada pela diversidade cultural dos estudantes. Desta forma, os arranjos curriculares contribuem para transformar as escolas e a sociedade em busca de educação e vida mais justa e igualitária para todos os segmentos da sociedade.

¹ Multiculturalismo: a inter-relação de várias culturas em um mesmo ambiente, trata-se de um fenômeno social relacionado com a globalização e as sociedades pós-modernas.

Entretanto, segundo Lima e Maranhão (2011) a promoção da diversidade cultural não acontece porque ocorre a defesa de uma forma particular de cultura legitimada pela padronização curricular, pela imposição de línguas e das experiências culturais. Este sistema de reprodução do conhecimento não possui cunho crítico e acaba por reproduzir os ideais apenas do sistema capitalista². Assim, a internacionalização desenvolve uma nova hegemonia, onde as escolas estão vinculadas ao sistema neoliberal que faz uso da multiculturalidade para ordenar novas políticas econômicas, tendo em vista que a multiculturalidade coloca as culturas em contato, sem que estas se misturem.

Observando a dimensão internacional da educação superior, Luce, Fagundes e Mediel (2016) pontuam que a mobilidade acadêmica é uma das principais formas de internacionalização, pois é o elemento mais visível e analisado neste contexto. Porém, a internacionalização não se limita à mobilidade, embora esta contribua para que o processo alcance os objetivos desejados definindo critérios de qualidade.

Adorno (2003) reflete a respeito da dominação cultural realizada por meio da mobilidade de estudantes e docentes, onde propostas curriculares são estruturadas como ferramentas da indústria cultural conforme os interesses da produção capitalista. Neste tipo de produção de aculturação, as políticas são voltadas para reforçar a semiformação, para a destruição das consciências, burocratização dos sistemas educacionais e supressão das experiências subjetivas. Esse fenômeno cultural ocorreu mais intensamente nas últimas décadas do século XX, quando se falava em americanização cultural e, principalmente, os jovens seguiam costumes norte-americanos, pode-se citar como exemplo, a popularização do jeans e do *rock'n rool*.

Lima e Maranhão (2011) consideram que somente a partir de uma leitura crítica do currículo elaborado como elementos fundamentais das propostas de internacionalização do ensino superior é possível resgatar o potencial de uma educação emancipadora capaz de promover o multiculturalismo crítico, pois esta leitura traz à tona e torna clara a questão ideológica de modo que seja possível organizar uma sociedade mais igualitária.

² Capitalismo é um conceito ligado ao sistema econômico e volta-se para a obtenção de lucro e acumulação de riquezas com base voltada totalmente para a propriedade privada dos meios de produção (CASTRO, 2011).

Há um sistema educacional hegemônico determinado por políticas de internacionalização que reforçam as desigualdades apesar de conhecer a valorização da multiculturalidade, estas políticas funcionam como ferramentas de padronização que envolvem os currículos, os processos seletivos, a previsão das cargas horárias, a equivalência, as metodologias, os estágios obrigatórios e o idioma imposto. A avaliação contribui para a elaboração de *rankings* formulados que ganham visibilidade mundial, neste processo as universidades se submetem aos critérios adotados para que estes rankings sejam elaborados, uma vez que, estes são capazes de promover e determinar a instituição de ensino superior na esfera mundial.

2.1 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO MUNDO

Para discorrer a respeito da internacionalização do ensino superior no mundo é importante tomar como ponto de partida os conhecimentos apresentados sobre diversas embaixadas brasileiras em outros países e que servem de apoio nas informações necessárias para que o Ministério das Relações Exteriores do Brasil atue no desenvolvimento do Programa “Ciência sem Fronteiras”, desenvolvido pelo país a partir de 2010 e que segue os parâmetros e objetivos postos pela “Declaração de Bolonha”³ que define os rumos do Ensino Superior no mundo.

De acordo com Araújo, Silva e Durães (2018), o Processo de Bolonha, firmado em 1999, reuniu ministros da educação de alguns países europeus. Esse Tratado teve como premissa constituir uma Europa unida e forte, que dependia de uma educação superior inovadora, a competitiva e a produtiva. Os objetivos do Processo de Bolonha foram edificar o Espaço Europeu de Ensino Superior, a fim de consolidar e enriquecer a cidadania europeia e aumentar a competitividade com outros sistemas de ensino do mundo, especialmente dos Estados Unidos e do Japão.

Ao longo dos últimos anos muitos estudos vêm sendo desenvolvidos no sentido de conhecer como acontece no mundo a internacionalização do ensino superior, isto decorre como resultado de acordos internacionais de intercâmbio. Assim, para conhecer esse contexto é importante conhecer o funcionamento do ensino superior em vários países e como acontece a internacionalização.

³ Essa declaração, firmada em 19 de junho de 1999 por 29 países (incluindo o Reino Unido) em Bolonha, na Itália, surgiu como uma iniciativa de unificar o sistema de ensino superior em todo o bloco europeu, concretizando o chamado Espaço Europeu de Ensino Superior (MARCOS, 2018)

2.1.1 Continente Europeu

O movimento de internacionalização surgiu na Europa e, aos poucos, ganhou outros continentes, tornando-se uma das políticas educacionais que mais integra os povos.

De acordo com Vargas e Cid (2011), na Alemanha o sistema educacional superior é formado por universidades e por escolas técnicas superiores, na maioria das vezes estas instituições são mantidas pelas forças armadas, são instituições públicas e gratuitas, ou mantidas por igrejas e religiões, além de instituições privadas. Cerca de 2 milhões de alunos estavam matriculados no ensino superior no ano de 2010, onde aproximadamente 210 mil alunos são estrangeiros, sendo 2.000 brasileiros matriculados, com propensão a aumento em consequência do Programa “Ciência Sem Fronteiras” brasileiro, o que não aconteceu devido às restrições político financeiras impostas ao Programa a partir de 2014.

O ingresso à universidade é realizado por meio de exame de aptidão, também se encontra vigente um sistema de cotas, onde 2% das vagas para alunos deficientes, de baixa renda e descendentes de alemães nascidos em outros países. A internacionalização do ensino superior alemão é mais visível, em número sempre crescente de bolsistas de outros países que escolhem a Alemanha como destino. Entre estudantes estrangeiros há mais chineses e indianos, que procuram, os cursos de engenharia e outras áreas técnicas ou científicas (BRASIL, 2012). Os brasileiros deveriam compor parcela considerável nos anos seguintes, tendo em vista concretizar os objetivos do Programa “Ciência sem Fronteiras”, porém desde 2014, o Programa limita as bolsas de estudo no exterior a cursos de Pós-graduação e, ainda assim, com muitas limitações.

A estratégia de internacionalização do ensino superior e técnico da Dinamarca é facilitar a mobilidade, possibilitando que estudantes, pesquisadores, professores e mesmo representantes de empresas privadas e instituições do Estado gozem de condições adequadas para pesquisar, estudar e inovar fora do país, particularmente na Europa (OLSEN, 2011).

Atualmente, há número reduzido de brasileiros estudando na Dinamarca, em virtude de programas de intercâmbios diretos entre universidades. A negociação de um instrumento bilateral poderá criar novas oportunidades para estudantes dos dois

países, além de possibilitar pesquisas conjuntas em nichos complementares e mesmo aprofundar a relação bilateral (BRASIL, 2012).

Na Espanha, a legislação que regula o ensino superior é considerada recente, sendo composta por Decretos-Lei datados de 2001 e 2007. O processo de internacionalização do ensino superior espanhol deu-se em duas vertentes principais, a europeia e a latino-americana. Para Campos e Sobral (2011), a vertente europeia em razão da inserção mediata e da proximidade geográfica, como elemento facilitador para deslocamento de professores e alunos dentro do continente, já a latino-americana foi beneficiada pela existência de língua comum com a grande maioria dos países da região, fator facilitador da integração e intercâmbio entre os países ibero-americanos em matéria educacional.

A internacionalização do ensino superior espanhol também conta com importante participação brasileira, sendo o Brasil país estratégico também nesse sentido para a Espanha. São diversos os programas de cooperação entre Governos e universidades dos dois países. Nesse sentido, destaca-se importante acordo que a Fundação Carolina da Espanha mantém com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Brasil, para concessão mútua de bolsas de estudo de Pós-Graduação. Há, diversos convênios realizados diretamente entre Universidades brasileiras e espanholas, com destaque para Universidade Estadual de São Paulo - USP, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Universidade Federal Fluminense - UFF e Universidade Federal de Vitória - UFV, no Brasil, e as universidades madrilenhas Complutense, Politécnica e Autônoma, bem como as Universidades de Salamanca e de Barcelona, pelo lado espanhol (BRASIL, 2012).

Apesar de ser considerado um dos melhores centros universitários da Europa e ter consolidado posição de destaque, atualmente, a Espanha vê seu ensino universitário fortemente afetado pela crise financeira. Isso explica a importância do processo de internacionalização, pois será imprescindível para a manutenção da qualidade e da relevância regional do ensino superior e que abre interessantes oportunidades de cooperação com o Brasil (CAMPOS e SOBRAL, 2011).

De acordo com Bustani e Santil (2011), na França, a internacionalização do ensino vem sendo considerada uma política de Estado, impulsionadora da influência internacional do país e promotora de perspectivas econômico-comerciais. O Ministério do Ensino Superior e da Pesquisa da França estima que atualmente 11% dos estudantes inscritos nas universidades francesas são estrangeiros. A França

demonstra ser um país ainda de tímida mobilidade de saída, muito concentrada nos países europeus, e com uma média modesta de duração das estadas dos estudantes no exterior. Os principais obstáculos apontados pelos estudantes franceses à realização de estudos no exterior são dificuldades de financiamento, falta de informação, desejo de não se distanciar de seu país e de seus entes próximos, nível de língua estrangeira insuficiente ou estruturas de ensino que não permitem realização de parte da formação no exterior.

A França se mantém como referência internacional em termos de mobilidade estudantil e a importância crescente dessa tendência impõe, nos próximos anos, um desafio novo para os analistas da posição geopolítica ocupada por esse país: o de saber o quanto da influência internacional da França depende do papel desempenhado por esse país na atração de estudantes estrangeiros (BRASIL, 2012).

As iniciativas holandesas em prol do controle social do fenômeno internacionalização que busca reduzir complexidades num esforço que parece aproveitar ao poder público em geral. Num momento em que iniciamos um programa de mobilidade dirigido à inovação e ao desenvolvimento nacional, o acompanhamento da experiência holandesa é concentrado nessa lógica e mobilizada com tal dinâmica, o que pode ser de especial interesse brasileiro (MARIOSI, 2011).

Quando se se refere à expressão “internacionalização da educação”, a Irlanda tem uma perspectiva relativamente diferente daquela focalizada pelo Brasil. O país orgulha-se da alta qualidade da educação e da pesquisa desenvolvida em suas universidades e institutos de tecnologia e almeja, sobretudo, receber e treinar estudantes estrangeiros, preferindo evitar o envio de seus nacionais para estudar fora da ilha.

Para Bastos e Silva (2011), um sistema binário de ensino superior, com as universidades cumprindo uma missão essencialmente acadêmica e os institutos ocupando-se da formação técnica e profissional, foi planejado para atender às necessidades econômicas e de negócios do país. Os institutos de tecnologia, em particular, adaptaram-se às demandas dos empresários locais e às necessidades de desenvolvimento regional. A Irlanda apresenta-se como uma opção extremamente vantajosa, pelo fato de ser um país de língua inglesa, seguro e amigável aos brasileiros, próximo da Europa continental, com rica herança cultural e histórica, e sede de empresas líderes em nível mundial.

De acordo com a publicação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (BRASIL, 2012), a internacionalização do ensino superior na Itália possui raízes históricas e configura como um marco neste processo de universalização do conhecimento.

Sede da mais antiga Universidade do Ocidente, a Itália vem aos poucos despertando para a necessidade de internacionalizar seu ensino superior. Em um gesto carregado de simbolismo, a Universidade de Bolonha, fundada em 1088, foi escolhida para abrigar a reunião que culminou, em junho de 1999, na Declaração de Bolonha, que definiu um conjunto de metas⁴ para que os vários sistemas europeus de ensino superior cheguem a estabelecer – até o final da década de 2010 – um espaço de ensino superior unificado e harmonizado (BRASIL, 2012, p. 222).

Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (BRASIL, 2012), apesar de ser o berço da internacionalização, a Itália mantém apenas 2% de estudantes estrangeiros em suas universidades.

De acordo com Viegas Filho *et al.* (2011), a oferta de cooperação da Itália no campo universitário condiciona-se ao regime normativo do ensino superior do país parceiro. A Itália divide seu intercâmbio entre o desenvolvido com países participantes do Relatório de Bolonha e aquele desenvolvido com terceiros países. Em relação ao segundo grupo, em que se inclui o Brasil, o relatório recomenda ações de promoção na Itália da língua e da cultura dos países com os quais estejam previstas iniciativas de cooperação bilateral. Essa iniciativa favorece o aprendizado e a preparação de estudantes, professores e pesquisadores italianos que pretendam estudar e trabalhar fora da “zona Bolonha”.

O esforço italiano em ampliar a internacionalização do ensino superior e o desejo do Brasil em revolucionar a sua universidade e atender às demandas da ciência, da tecnologia e da inovação, complementam-se, pois o potencial dessa cooperação pode ser explorado a partir de três perspectivas: Universidade, Ciência e Inovação (BRASIL, 2012).

A educação superior do Reino Unido, de tradição e qualidade internacionalmente reconhecidas, é também uma das mais internacionais do mundo. No Reino Unido a internacionalização do ensino superior é uma iniciativa de Estado, e ficou conhecida como PMI (sigla para *Prime Minister Initiative*). Assim como no

⁴ Formar o Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) com vistas a gerar: • atratividade, incremento da mobilidade acadêmica, competitividade, europeização da educação superior e consolidação de uma Europa do Conhecimento (ARAÚJO, SILVA, DURÃES, 2018).

programa “Ciência sem Fronteiras” lançado pelo governo brasileiro, o objetivo da PMI é internacionalizar o ensino superior e técnico (BERTAZZO, 2011).

Grande parte do destaque da produção acadêmica e tecnológica do Reino Unido pode ser diretamente atribuído à internacionalização dos centros e instituições de ensino e pesquisa, e a parceria com o Brasil tem um potencial imenso (BRASIL, 2012).

2.1.2 Continente Asiático

A China ocupa papel de destaque na internacionalização do ensino superior, pois constituem o maior contingente de estudantes estrangeiros nas universidades americanas e a maior fonte mundial de estudantes e pesquisadores para estudos no exterior, além de absorver um grande número de estudantes estrangeiros em seu país. De acordo com El Debs e Hugueney (2011), o governo chinês estima que há cerca de 500 mil estudantes estrangeiros em universidades chinesas todos os anos.

Cingapura, um dos tigres asiáticos do mundo globalizado, instituiu a educação como pilar da sociedade e da economia. O país apostou no ensino mais do que em qualquer outro vetor de desenvolvimento, chegando a instituir penalidades para pais que não matriculassem seus filhos, ao ponto de inexistirem crianças fora da escola atualmente (SERRA E PHEYSEY, 2011). Para estes autores, a internacionalização do Ensino Superior, é realizada pelo governo cingapuriano através do convite a entidades de ensino estrangeiras para abrirem campi no país. A França, por exemplo, possui um campus cingapuriano que abriga numerosos brasileiros entre seus estudantes e professores, assim, os programas estrangeiros na ilha dão aos cingapurianos, a oportunidade de diploma estrangeiro sem sair do país.

A internacionalização das instituições de ensino superior na Coreia do Sul surgiu no final dos anos 1990, com as mudanças no cenário global e o advento da economia do conhecimento, o rápido fluxo de informações e o lançamento de uma série de políticas para recrutar estudantes estrangeiros para estudar no país. Tais iniciativas aumentaram a receita das instituições universitárias e de pesquisas, abriram caminho para reformas nos padrões de ensino, pesquisa e internacionalização universitária. O governo precisou implantar medidas para diminuir o fluxo de estudantes ao exterior para minimizar a evasão de divisas e atrair

estudantes estrangeiros ao país, assim buscou-se trazer instituições de prestígio estrangeiras e elevar a qualidade das universidades domésticas (BRASIL, 2012).

O principal atrativo do modelo coreano reside no alto grau de interação academia-empresa, que incentiva um fluxo ágil de recursos humanos bem qualificados, a constante realimentação de capacitações e a visão mais focada em objetivos e resultados, tanto de curto quanto de médio e longo prazos, além disso, os programas de internacionalização buscam construir uma sinergia entre as necessidades dos estudantes e de cada país (FUJITA; FINK, 2011).

A Índia tem sido, ao longo dos anos, importante país de origem nos movimentos internacionais de estudantes de nível superior. O governo indiano tem trabalhado em diversas frentes no desenvolvimento de estratégias mais eficazes para a atração de maior quantidade de alunos internacionais. Além de fatores como reconhecida excelência nas ciências exatas e localização privilegiada em relação ao Sudeste Asiático e à Ásia Central, a Índia conta com uma grande vantagem no quesito capacidade de atração de alunos, que é o fato de praticamente todo o ensino superior ser ministrado em inglês, língua franca do mundo científico e acadêmico (BRASIL, 2012).

Segundo Duarte e Pádua (2011), a Índia é foco de muita atenção, no contexto global, quando o tema é a internacionalização do ensino superior. A importância do país nesse cenário deve-se, em grande medida, a uma economia em franca ascensão há vários anos e a um vastíssimo mercado em potencial. Também como consequência do crescimento econômico e da inclusão social de um número cada vez maior de cidadãos, delineia-se um cenário no campo educacional indiano que deverá permitir ao país afirmar-se como uma potência nessa área.

Na comunidade internacional talvez não haja país que tenha dado mais valor à mobilidade acadêmica e à busca de tecnologias estrangeiras do que o Japão.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, o Japão já identificava a necessidade de atrair estudantes para suas universidades, não apenas para melhorar a percepção internacional sobre o país, abalada pelo conflito, como também para agregar novos pesquisadores. Em 1954, o então Ministério da Educação (Monbusho) iniciou programa de bolsas de estudo no Japão para estrangeiros, cujo processo de seleção começa nas embaixadas japonesas. Em 2011, esse programa financiou os estudos de mais de dez mil estudantes, entre os quais 203 brasileiros (BRASIL, 2012, p. 231).

A dinâmica das políticas de educação superior no Japão, que enfrentam o desafio de expansão do número de estudantes estrangeiros no país, parece ir ao

encontro das necessidades do programa “Ciência sem Fronteiras” lançado pelo governo brasileiro. Um dos principais aspectos da expansão e melhoria da educação terciária é a sua internacionalização. A atuação do poder público não tem como foco, contudo, enviar seus nacionais ao exterior, mas sim atrair estudantes estrangeiros, para tal promovendo sobretudo o aperfeiçoamento das credenciais acadêmicas do país e a ampliação das ofertas de cursos (BRASIL, 2012).

2.1.3 Continente Americano

De acordo com o Ministério das relações Exteriores do Brasil (BRASIL, 2012), a internacionalização é uma característica marcante do ensino superior nos Estados Unidos. As universidades norte-americanas recebem centenas de milhares de estudantes do exterior e enviam número igualmente elevado para estudos em universidades estrangeiras. A internacionalização é uma condição de permanente desenvolvimento de diversos laços com instituições e profissionais estrangeiros e depende crucialmente não apenas de estruturas administrativas dedicadas às relações internacionais, mas também da ação de professores e pesquisadores. O conhecimento, a experiência e o interesse pela cooperação internacional por parte de pesquisadores e professores também é determinante para o aprofundamento da internacionalização das universidades norte-americanas. Governo e universidades desenvolvem diversos programas e ações para incentivar o engajamento de professores universitários em projetos internacionais.

Um aspecto importante da internacionalização do ensino superior nos Estados Unidos é a presença de professores e pesquisadores estrangeiros. No período 2010/11, foi registrada a presença de mais de 115 mil profissionais de 193 países que deram aulas ou conduziram pesquisas em instituições de ensino superior norte-americanas. Para Vieira e Maciel (2011) a estrutura do ensino superior nos Estados Unidos é bastante descentralizada. As universidades detêm grande autonomia administrativa e financeira em relação ao governo federal e competem acirradamente por novos alunos, inclusive estrangeiros. Nesse contexto, cada universidade define suas próprias metas de internacionalização e busca suas próprias parcerias internacionais.

As universidades norte-americanas também competem pelo envio de estudantes ao exterior. A maioria deles vai com recursos próprios e das famílias.

Muitas vezes, o intercâmbio no exterior está embutido nos custos semestrais ou anuais que os alunos já pagam normalmente a suas universidades. Muitas universidades norte-americanas criam consórcios com seus pares para gerir programas de envios de alunos ao exterior.

Em conclusão, pode-se ressaltar que, nos Estados Unidos, o processo de internacionalização do ensino superior continuará com o ritmo de ampliação observado nas últimas décadas em todos os seus aspectos. São três os fatores principais que contribuem nessa direção: (1) Consenso sobre a importância da internacionalização entre os diversos atores (governos, academia, empresas) envolvidos no planejamento, no apoio e na execução de programas voltados para o intercâmbio e a educação internacional; (2) Massa crítica acumulada e capacidade administrativa desenvolvida em décadas de operação de tais programas; e (3) Atração global exercida pela qualidade e amplitude do sistema universitário norte-americano (BRASIL, 2012).

No Canadá, a internacionalização do ensino superior vem sendo um campo de desenvolvimento pautado especialmente na diplomacia, em 2012 a visita do Governador-Geral do Canadá ao Brasil, acompanhado de cerca de 35 reitores de universidades canadenses, teve como objetivo consolidar a cooperação educacional e promover a ciência e tecnologia tornando-se uma oportunidade de promoção da mobilidade acadêmica e desenvolvimento de projetos de pesquisa e cooperação universitária. Na última década, o Brasil, por meio do programa “Ciência sem Fronteiras”, tornou-se um exemplo de estratégia de internacionalização da educação (BRASIL, 2012).

Na Argentina, a internacionalização do ensino superior vem apresentando desafios e oportunidades, que segundo Cordeiro e Watanabe (2011) consolidou-se com a reforma universitária desde o século passado. As áreas de excelência acadêmica destacam disciplinas das áreas de Ciências da Saúde e Biomédicas (Medicina, Bioquímica, Farmácia), as Ciências Jurídicas e Sociais, Física e Agronomia. Com o destaque dado às Ciências Médicas ocorre reflexos no reconhecimento internacional. A atividade acadêmica argentina era centrada no âmbito local, com poucos laços com instituições estrangeiras, as instituições de ensino superior (IES) argentinas não concebiam suas atividades a partir de uma perspectiva voltada para o exterior. Desde o início do século XXI, as universidades argentinas empreenderam cooperação externa, especialmente, com a participação da Agência

Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), por meio de programas de mobilidade no âmbito do espaço ibero-americano de cooperação universitária. Nessa época, foram criados escritórios de relações internacionais das universidades argentinas, e um grande número de programas com instituições espanholas.

No contexto dos espaços institucionais de internacionalização, registra-se a presença da Universidade de Bolonha e da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), ambas sediadas em Buenos Aires. De acordo com Hurtado (2011), a Argentina, no início da década de 2010, contava com 106 instituições universitárias com mais de 1,6 milhão de alunos, em cursos de pré-graduação e graduação, e cerca de 80 mil na pós-graduação. Em 2011, o Ministério da Educação registrou a existência de 115 entidades acreditadas, das quais 47 são Universidades públicas e 46 universidades de gestão privada. O sólido ambiente universitário argentino, assim, é campo fértil para a evolução de programas de internacionalização do ensino superior.

O governo colombiano compreende como sua tarefa institucional promover a internacionalização do ensino superior, assim, busca fomentar os laços de cooperação e integração das Instituições de Educação Superior (IES) com seus pares em outros lugares do mundo, com a finalidade de alcançar mais presença e visibilidade internacional em um mundo cada vez mais globalizado. Assim, de acordo com Gonçalves e Christofólo (2011), a Colômbia procura impulsionar a mobilidade acadêmica e oferecer facilidades e benefícios específicos para a área de internacionalização.

Entre os países mais procurados por estudantes colombianos para programas de internacionalização, destacam-se Brasil, Austrália, Reino Unido, Nova Zelândia, França, Itália, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Bélgica e Japão. Com efeito, o Brasil tem sido ator central do processo de internacionalização do ensino superior colombiano. Assim, constituem-se consórcios universitários voltados para investigações sobre áreas específicas. Como resultado desses acordos, a Colômbia enviou, em março de 2012, 45 estudantes para cursos de graduação na UNILA (BRASIL, 2012).

2.1.4 Oceania

Na Austrália, a internacionalização do ensino superior é um tema de maior relevância política devido à importância econômica do setor. Apenas o minério de ferro

(58,4 bilhões de dólares) e o carvão (43,9 bilhões de dólares) geram mais divisas do que a exportação de educação, que movimentou 15,8 bilhões de dólares no ano passado no ano de 2012. Os estrangeiros representam 21,3% do total de matrículas em universidades e a Austrália está em quarto lugar na lista de destinos preferidos, após Estados Unidos, Reino Unido e Canadá. O setor gera mais de 180 mil empregos. Existem 38 universidades públicas no país e quatro privadas (BRASIL, 2012).

Neste contexto, segundo Barbosa e Costa (2012), a internacionalização do ensino superior na Austrália dá-se pela via do acolhimento de estudantes realizado pelas próprias universidades, sendo que o conjunto de ações não se limita ao governo australiano, ou um programa oficial, embora sejam marcados por incentivos governamentais, a sua materialização acontece sob a forma de bolsas para estudantes estrangeiros de países menos desenvolvidos e de atividades de promoção comercial marcado pelo globalização da economia, a demanda por ensino dos países de rápido crescimento no entorno geográfico influenciaram fortemente o desenvolvimento do setor. Os estudantes brasileiros aproveitam a oferta de ensino australiana e, em 2011, já somavam 16 mil matrículas em cursos de todos os tipos por ano, dos quais 7.262 se concentraram em cursos de língua inglesa.

Segundo o relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Brasil 2012), a internacionalização também se faz presente em países como o México, Noruega, Portugal e outros que diante do fenômeno de um mundo cada vez mais tecnológico e globalizado desenvolvem meios de enviar seus estudantes para outros centros universitários e recebem estudantes estrangeiros em suas instituições públicas ou privadas.

A internacionalização ganhou força e passou a ser amplamente discutida e implementada pela necessidade de tornar o conhecimento um aliado no desenvolvimento da globalização econômica. Assim, desde o final do século XX até a os dias atuais, o ensino superior vem sendo discutido e o mundo abriu as portas para que os jovens estudem, pesquisem e se tornem profissionais hábeis para atuar no mundo contemporâneo. No entanto, as políticas de acolhimento limitam-se à adaptação linguística e de comunicação e atendimento físico de alimentação e moradia, mas o tratamento dos aspectos psíquicos do acolhimento ainda deixa a desejar na maioria dos países.

2.2 INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A sociedade brasileira desenvolveu a partir da década de 1980, um projeto de fortalecimento do Estado enquanto provedor de políticas sociais. De acordo com Laisner (2019), trata-se de um processo que se caracteriza pela descontinuidade e fragmentação, porém apresentou-se como uma alternativa para as políticas tradicionais vivenciadas no Brasil. Com o advento da “Constituição Cidadã” de 1988, um projeto de princípios neoliberais ganhou força, este projeto baseou-se na desestatização e na desregulamentação dos direitos sociais.

O ensino superior é uma das políticas sociais que merece amplo debate no processo e desenvolvimento da educação no Brasil. Para Chibiaqui (2016) a educação superior no Brasil vem sendo amplamente discutida nos últimos 50 anos, e traz para a realidade contemporânea um sentimento de esperança no futuro. O subdesenvolvimento vivido na maior parte da América Latina precisava ser superado, o que induziu a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a disseminar a ideia de desenvolvimento econômico integrado à qualidade da educação, fazendo com que surgisse a necessidade de criar universidades modernas e integradas às grandes universidades do mundo globalizado.

O projeto neoliberal no Brasil teve início no governo de Fernando Collor (1990 – 1992), que foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto durante a redemocratização do país e que estabeleceu um novo papel do Estado em relação à sociedade. A modernidade tão exigida pelo mercado internacional renovou-se e se tornou sofisticada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002), que assinalava que todas as reformas iam na direção da destituição de direitos da cidadania, o governo descentralizava e desestatizava as empresas e pregava a necessidade de suprimir as políticas que considerava privilégios, entre estas políticas a privatização das instituições de ensino superior (LAISNER, 2019).

De acordo com Guadilla (2013, p. 4), no campo de educação superior, o conceito de crise esteve presente como categoria transversal com valor classificatório, que para os analistas serviam para ressaltar a crise de financiamento, de qualidade, de aprendizagem, onde a universidade estava desconectada das necessidades do país, isso gerou uma crise de identidade dentro da própria universidade.

Para Buarque (1994) era necessário implementar amplo debate a respeito da educação e da postura das universidades no cenário de crise, sendo que o debate

demonstrava um certo otimismo que crescia em relação ao processo de democratização do conhecimento. A tomada de consciência de que vencer a crise dependia da postura em dar um salto da segregação para integração com o restante do país, desapegar-se do presente para comprometer-se com o futuro, adquirindo um pensamento nacional independente que evoluísse para a internacionalização do ensino superior a exemplo do que já vinha se desenhando no restante do mundo.

O questionamento desse projeto neoliberal tornou-se uma oportunidade para que se pudesse repensar o papel do Estado como centro de autoridade política e fator fundamental de desenvolvimento. Esta oportunidade foi alavancada a partir da instalação do governo Lula da Silva entre 2003 e 2010, seguido do governo Dilma Roussef de 2010 a 2016, quando o Estado passou a centralizar e propor políticas públicas sociais, com características compensatórias e redistributivas, o que contribuiu para alargar o papel do Estado na educação (LAISNER, 2019).

No contexto da internacionalização, o governo brasileiro desenvolveu a partir de 2010, o Programa 'Ciência sem Fronteiras', que se desenvolveu progressivamente até 2014, como um programa que buscava consolidar, expandir e internacionalizar a ciência e a tecnologia, mas que encontrou barreiras orçamentárias que restringiram o programa apenas a financiar cursos de pós-graduação no exterior. Esse programa previa inovação e propõe estimular a competitividade brasileira por meio de intercâmbio e mobilidade internacional. O programa resultou do esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

A proposta do projeto foi promover a internacionalização utilizando até 101 mil bolsas de estudo em quatro anos por meio de promoção de intercâmbio. Neste projeto, alunos de graduação e pós-graduação poderiam desenvolver estágio no exterior e promover o contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Das mesmas formas, o programa atraía pesquisadores estrangeiros que desejassem atuar no Brasil estabelecendo parcerias com pesquisadores e instituições brasileiras nas áreas prioritárias definidas no Programa Ciência sem Fronteiras, esse processo contribuiu para criar oportunidades de pesquisa para que empresas recebessem treinamento especializado no exterior.

O objetivo do Programa Ciências sem Fronteira foi investir na formação de pessoal qualificado para contribuir com os avanços sociais e suprir as necessidades

de modernização do conhecimento. Considerava ser fundamental que se estimulasse a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior, para que se pudesse promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros, pois isto ajudaria a ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas e atrairia jovens cientistas e pesquisadores qualificados para trabalhar no Brasil.

De acordo com Chibiaqui (2016), surge neste contexto a UNILA - Universidade da Integração Latino Americana que procurou se contrapor a perspectiva neoliberal e propôs a criação dos primeiros cursos na instituição a partir da promoção do diálogo entre os países visando valorizar as necessidades da América Latina, como por exemplo: “Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana”; “Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina”; “História – América Latina” e “Geografia – Território e Sociedade na América Latina”. Estes cursos possuem em sua matriz curricular disciplinas relacionadas aos fundamentos da América Latina.

O Ensino Superior foi introduzido no Brasil no século XIX, mas somente no transcorrer do século XX a internacionalização foi ganhando significado. Neste aspecto, pode-se descrever a internacionalização a partir da identificação de fases em que esta ocorreu no Brasil. O Quadro 4 apresenta as fases da internacionalização descritas por Laisner (2019).

Quadro 4: Fases da internacionalização do Ensino Superior no Brasil, 2019.

Fase ou Período	Característica descrita
Fase 1	A primeira fase da internacionalização ocorreu entre os anos de 1930 e 1960, visando fortalecer o projeto acadêmico das instituições nacionais com a contratação de professores visitantes de universidades europeias e dos Estados Unidos.
Fase 2	A segunda fase ocorreu entre 1960 e 1970, quando o governo brasileiro estabeleceu acordos bilaterais de cooperação educacional, científica e tecnológica com outros países, incentivou-se a vinda de professores-consultores do exterior, formação de pós-graduação e ampliação do número de bolsas de estudos para formação de mestres e doutores no exterior.
Fase 3	Entre 1980 e 1990, houve ampliação dos cursos de pós-graduação <i>stricto-sensu</i> no país, consolidou-se o sistema de educação superior para formar professores e pesquisadores, formação de lideranças nos processos de produção do conhecimento e formação de profissionais capacitados para o desenvolvimento econômico. Nesta fase, houve cooperação internacional visando escapar das relações de subordinação e busca de relações igualitárias entre os

	cooperadores nacionais e internacionais, caracterizando uma integração ao sistema mundial de educação superior.
Fase 4	A partir dos anos 2000, o ensino superior brasileiro vivenciou um expressivo aumento no número de instituições privadas. Ao mesmo tempo, houve redução de repasse de recursos e bolsas do Governo Federal aos Programas de Pós Graduação, que representava as ações de cooperação internacional centradas no intercâmbio internacional de docentes e discentes.

Fonte: Adaptado de Laisner, 2019.

No entanto, desde 2016, a internacionalização aponta para um sentido inverso, que se envolve na competição internacional alinhada ao neoliberalismo capitaneado pelos Estados Unidos e desenvolvido em toda a América Latina. Este processo volta-se para a privatização do Ensino Superior que vem sendo constituído desde a década de 1990 (MAUÉS; BASTOS 2017).

Para Laisner (2019) a inserção do Brasil no mercado globalizado conduziu a educação superior a se transformar em estratégia para impulsionar o crescimento econômico, elevar a competitividade e a cooperação do Brasil no cenário internacional. A internacionalização como estratégia conduziu à perda da autonomia universitária, estabelecendo uma relação entre a universidade e o setor empresarial, que tem como característica perseguir a pesquisa aplicada, proporcionar cursos mais rápidos e apoiados em novas tecnologias de informação e comunicação, os processos avaliativos ou de regulação são marcados e definidos pelos resultados, além de outros fatores de regulação impostos ao setor do ensino superior e à educação em geral.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o governo brasileiro implementou a internacionalização como uma tendência mundial que buscava desenvolver programas universitários, assim, buscou-se incentivar o estudo de línguas estrangeiras, para internacionalizar cursos, visando criar condições mínimas para incentivar o estudo no exterior (MAUÉS; BASTOS 2017, p. 337).

De acordo com Pavarina, Laisner e De Mario (2016), nos governos que sucederam entre os anos de 2002 a 2016 houve uma popularização do ensino superior e sua expansão foi pautada na criação de programas como o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007); incremento à educação a distância (EAD); Universidade Aberta do Brasil — UAB (BRASIL, 2006); Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); Programa Universidade para Todos (PROUNI) (BRASIL, 2005), além da implementação de cursos tecnológicos. Estes projetos apresentavam forte influência do Estado,

refletindo políticas públicas e sociais pautadas na igualdade de direitos e de classes, neste período aconteceu uma deselitização do ensino superior no Brasil.

Após as crises políticas que se desenvolveram na segunda década do milênio e de se estabelecer na América Latina uma nova onda neoliberal, o ensino superior do Brasil permanece com poucos órgãos de financiamento e gerenciamento deste segmento da educação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/MEC), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/ MCTI) e o Itamaraty que também desenvolve políticas de internacionalização da educação superior (LAISNER, 2019).

As políticas sociais voltadas para o conhecimento estão cada vez mais distantes de preencher as necessidades da sociedade, em especial no Brasil que vivencia o desmanche das instituições que coordenam a internacionalização do ensino superior em todos os níveis.

A análise feita até aqui deixou claro que a internacionalização da educação superior no Brasil, desde a sua configuração inicial, e mesmo em momentos de maior desenvolvimento de experiências democráticas, marcados por governos mais à esquerda, manteve seu caráter essencialmente privatista, fundamentalmente voltados ao interesse do capital, que tem se fortalecido no governo de Michel Temer e no governo atual de Bolsonaro. Mas há diferenças e é preciso apontá-las, justamente porque este tema ainda está em construção e com vários sentidos em disputa. Não podemos e não devemos nos manter à margem deste processo: precisamos enfrentar o desafio de apontar as suas várias matizes, desde as contradições de cenários em que se coloca um discurso democrático, mas com vários limites na perspectiva da internacionalização da educação superior, até os cenários, como o mais recente, que se descola de qualquer referência democrática, e se associa à defesa de uma leitura da internacionalização acoplada ao neoliberalismo, às suas bases, e à educação como mera mercadoria (LAISNER, 2019, p. 16).

Assim, a internacionalização do ensino superior no Brasil não vem encontrando o respaldo necessário para concretizar a valorização do conhecimento e, muito menos, para desenvolver políticas de acolhimento aos estudantes migrantes e de proteção aos estudantes brasileiros que saem do Brasil para estudar nas universidades do exterior.

3. ACOLHIMENTO AOS ESTUDANTES ESTRANGEIROS/MIGRANTES: ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

A universalização do Ensino Superior, segundo Moura e Almeida (2016), vem sendo considerada como a quarta missão da universidade, sendo prioridade o ensino, a pesquisa e a extensão, no entanto, a universalização é um processo intensificado de diferentes formas desde a década de 1990. Em universidades norte-americanas e europeias, desde a década de 1940, a internacionalização do ensino superior é uma atividade adicional às atividades tradicionais previstas para as instituições universitárias, pois trata-se de um fenômeno que demonstra uma reconfiguração das citadas atividades. Em 1998, com a realização da Conferência Mundial sobre Educação Superior, em Paris, foram determinados princípios para o acolhimento dos estudantes estrangeiros em todos os países que participam dos protocolos educacionais relacionados à universalização do ensino superior, buscando definir parâmetros que permitam maior integração de conhecimentos, configurando assim as políticas de acolhimento.

No Brasil, o processo de internacionalização vem se desenvolvendo desde a década de 1990 e de acordo com Santos e Almeida Filho (2012) ocorre uma peregrinação estudantil e de docentes, permitindo a circulação de ideias entre fronteiras internacionais, o que traz benefícios para a internacionalização em relação às questões como o complemento educacional para estudantes em formação, pois supera o conhecimento técnico e os conteúdos curriculares, contribui para o desenvolvimento de competências individuais e grupais, e incentiva a criação de uma teia multicultural para estudantes e professores e abre espaço para trocas e comparações.

Moura e Almeida (2016) pontuam também que a internacionalização pode ocorrer em três níveis: nacional, setorial e institucional, o que incide num processo de integração nas dimensões internacional, intercultural ou global de objetivos, funções e oferta de educação pós-secundária.

Entretanto, a consolidação da internacionalização contribui para que se desenvolva um processo humanizador no interior das universidades, pautado, principalmente, nas recomendações do Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros (PAIE), criado a partir da Resolução Nº 28, de 18 de

novembro de 2014 da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

A política institucional de acolhimento aos estudantes estrangeiros precisa ser uma ação conjunta entre as reitorias das universidades e o PAIE que prevê o acompanhamento do estudante, sua orientação e apoio em relação a sua integração no ambiente acadêmico, pois estas ações implicam em melhorar a comunicação do estudante, integrar-se socialmente no ambiente acadêmico e participar de movimentos culturais que possam promover o seu bem-estar. É importante que os estudantes sintam segurança em suas acomodações, sua regularização junto aos órgãos competentes, para que seus registros acadêmicos sejam válidos, além de garantir o atendimento à saúde e sua inserção oficial no Programa, desde o momento de sua matrícula, realizada remotamente por meios digitais até sua consolidação com a sua integração física ao ambiente acadêmico.

O Programa PAIE atua delegando tutores, previamente selecionados e treinados para acompanhar as atividades acadêmicas do estudante estrangeiro, esse acompanhamento tutorial visa a permanência, a integração e o bom desempenho acadêmico de tais estudantes. A duração prevista da tutoria é de até três meses, podendo-se estender se houver a necessidade de obter uma integração efetiva do estudante estrangeiro. É importante que sejam realizadas reuniões periódicas para que os procedimentos sejam monitorados e/ou corrigidos e aperfeiçoados em busca de melhorias no aproveitamento acadêmicos destes estudantes.

De acordo com Souza (2019, p. 109), em relação à adaptação dos alunos universitários estrangeiros no Brasil, “as principais dificuldades observadas são relativas à família, cultura, alimentação, discriminação e situação financeira”. A pesquisa desta autora foi realizada na UNILAB e voltada para estudantes africanos de Moçambique, Angola e outros que demonstram que o maior problema enfrentado por eles é a saudade da família, seguido do desconhecimento que os estudantes nativos apresentam sobre a cultura dos estudantes estrangeiros, seus hábitos e costumes, as dificuldades em encontrar alimentos característicos de sua culinária de origem, além de, muitas vezes, serem discriminados pela cor/origem e passarem por dificuldades econômicas, pois os valores das bolsas de estudos são limitados e o aluno migrante não tem a quem recorrer.

Depreende-se que, não basta definir políticas de acolhimento, é necessário acolher conhecendo e respeitando a realidade e a individualidade do outro. Para

Moura e Almeida (2016), o princípio da solidariedade e a formação de parcerias entre as instituições internacionais contribuem para que a educação e a formação sejam compreendidas e formadas em todos os âmbitos motivando para que se tornem conhecidas questões globais, os princípios democráticos e a aplicação de recursos humanos qualificados para solucionar os problemas e necessidades essenciais para convivência entre culturas e valores diferentes.

Os estudantes enfrentam condições adversas e muitos desafios quando chegam, essa é a motivação para que as universidades desenvolvam programas de acolhimento e essas ações podem ser realizadas e planejadas pela própria instituição de ensino, mas precisam envolver grupos afins que se relacionam com o estudante tais como associações de migrantes, grupos religiosos, vizinhos, amigos, professores, colegas de curso e outros.

As ações de acolhimento precisam ter objetivos definidos para apresentar ao estudante a instituição e sua história, dar a conhecer as normas e serviços prestados pela universidade, apresentar-lhe a cidade e garantir que o mesmo possa utilizar transportes, acesso à segurança, serviços de saúde, moradia digna, esporte, lazer, biblioteca, arte, cultura, atividades de extensão, regras de convivência, telefones úteis e outros recursos que permitam uma vivência saudável, sendo importante que o estudante compreenda os costumes da localidade onde vai se relacionar, integrando-o à comunidade acadêmica e de sua convivência social.

As políticas de acolhimento, neste contexto, são essenciais em qualquer instituição que se dedica à prática da universalização, pois os ganhos nessa integração são expressivos tanto para o estudante que chega quanto para o que o acolhe.

4. RESULTADOS DA REVISÃO DE SCOPO

Para a revisão do escopo foi realizado um levantamento bibliográfico no período de 15 de outubro a 15 de novembro de 2020. Os estudos selecionados que respondiam à questão norteadora desta revisão foram lidos na íntegra e suas referências foram analisadas em busca de estudos adicionais.

A seleção de textos foi realizada por títulos, sendo posteriormente, filtrados os textos a partir da leitura dos resumos, com o objetivo de selecionar aqueles textos que melhor representam as pesquisas relacionadas à universalização do Ensino Superior e os fatores relacionados com a adaptação dos estudantes estrangeiros no Brasil.

Uma nova análise foi realizada para identificar textos que estivessem repetidos, identificados em mais de uma base de dados bibliográficos pesquisados, evitando a duplicidade dos mesmos no quadro de resultados e excluídos os textos que embora versassem sobre a universalização do Ensino Superior não correspondem à adaptação de estudantes estrangeiros no Brasil.

Conforme a Tabela 1, o total de trabalhos encontrados nos bancos de dados com os descritores utilizados foi de 1385 estudos. Destes, baseado na leitura do título foram selecionados 109 estudos que tinham alguma relação com a pergunta norteadora. Destes, foram selecionados 41 textos considerados relacionados à pergunta do estudo após a leitura dos resumos, e entre os quais foram selecionados 11 textos finais que tratavam da adaptação dos estudantes universitários estrangeiros no Brasil após análise do texto na íntegra e que se apresentaram adequados e seguros em relação ao tema de pesquisa por tratarem diretamente do assunto e terem sido elaborados em instituições reconhecidamente voltadas à pesquisa.

Tabela 1. Resultados da busca em base de dados bibliográficas, 2020.

BASE DE DADOS	Total	Título	Resumo	Selecionados
Scielo	34	14	05	02
Web of Science	402	37	22	01
Lilacs	33	11	06	05
CAPES	916	47	08	03
Total	1385	109	41	11

A Figura 1 apresenta um fluxograma que apresenta as etapas de seleção dos artigos buscados nas bases bibliográficas, onde destaca-se que havia 12 textos

duplicados, ou seja, que foram encontrados em mais de uma base, após essa exclusão ocorreu a seleção por títulos e resumos e, onde por fim, foram selecionados 11 textos específicos sobre a adaptação dos estudantes universitários estrangeiros no Brasil.

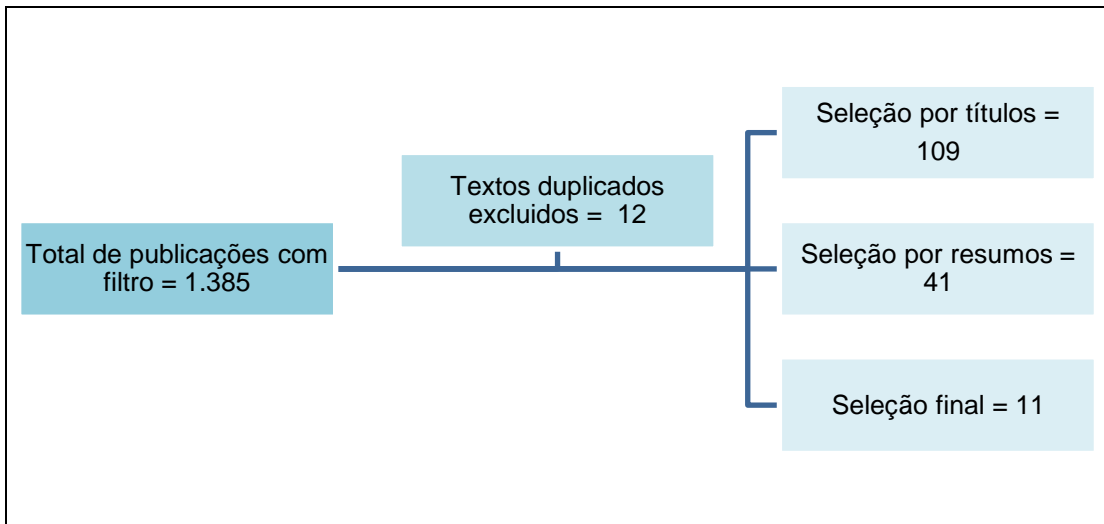


Figura 1. Fluxograma das etapas de seleção dos artigos nas bases de dados bibliográficas, 2020.

As informações sobre o ano de publicação, a autoria e o título de cada um dos onze (11) trabalhos selecionados na revisão de escopo encontram-se numerados e apresentados na Tabela 2, formando o rol de publicações selecionadas que abordaram a adaptação de estudantes universitários estrangeiros no ensino superior no Brasil.

Os artigos selecionados indicam a evolução dos estudos publicados sobre a internacionalização do ensino superior, particularmente relacionado aos estudos que abordam a adaptação dos estudantes universitários estrangeiros. Dentre o total de estudos selecionados, três foram publicados em 2016 e outros dois em 2017 e um artigo em 2018, e trataram principalmente da adaptação de estudantes universitários estrangeiros de origem africana e de países latino-americanos, mas verifica-se também a presença de estudantes norte-americanos, europeus e asiáticos em menor grau, e os efeitos dessa migração temporária para fins de estudo. Além disso, chamou a atenção, dentre os estudos selecionados, o maior número de publicações abordando a rede de amizades e apoio, os impactos psicológicos, cognitivos e sobre o sofrimento psíquico dos estudantes estrangeiros no Brasil e a reflexão do papel da

Universidade no processo de acolhimento e assistência a esses estudantes (Tabela 2).

Tabela 2. Caracterização das publicações selecionadas na revisão de escopo, segundo ano de publicação, autoria e título, 2020.

Nº	ANO	AUTORES	TÍTULOS
01	2009	ANDRADE & TEIXEIRA	Adaptação à universidade de estudantes internacionais: Um estudo com alunos de um programa de convênio
02	2010	GARCIA & GOES	Amizades de estudantes africanos residindo no Brasil
03	2011	GARCIA & RANGEL	Amizades de universitários cabo-verdianos no Brasil
04	2012	GARCIA	Amizades de universitários estrangeiros no Brasil: um estudo exploratório
05	2015	GIRARDI	Impactos Psicológicos da Imigração Voluntária: a experiência de universitários imigrantes.
06	2016	ALBUQUERQUE	Aspectos cognitivos e não cognitivos na adaptação de estudantes universitários (i)migrantes.
07	2016	LUCE; FAGUNDES & MEDIEL	Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica
08	2016	CHIBIAQUI	A vida em comum em sociedades multiculturais: análise das relações sociais e da adaptação dos alunos da UNILA em Foz do Iguaçu - PR
09	2017	GIRARDI & MARTINS-BORGES	Dimensões do sofrimento psíquico em estudantes universitários estrangeiros
10	2017	LIMA & FEITOSA,	Sair da África para estudar no Brasil: fluxos em discussão.
11	2018	MELO et al.	Experiências de estudantes internacionais ao gestar longe do seu país de origem

A Tabela 3 caracteriza os estudos selecionados segundo periódico ou programa de pós-graduação, instituição de pesquisa, tipo de publicação e nacionalidade dos estudantes universitários estrangeiros pesquisados. Percebe-se que há um vasto campo de estudos a ser explorado e que as publicações ainda são escassas em relação às pesquisas sobre adaptação de alunos estrangeiros de graduação no ensino superior no Brasil.

Os trabalhos selecionados na análise de escopo se caracterizaram em: artigos originais (n = 8; 72,7%) e dissertações (n = 3; 27,3%). Os estudantes estrangeiros pesquisados nesses estudos eram de diferentes nacionalidades: a maioria incluiu africanos (n = 9; 81,8%) e latino-americanos (n = 7, 63,6%) e 4 estudos (36,4%) também incluíram estudantes norte-americanos, europeus e/ou asiáticos. Os estudos selecionados pesquisaram estudantes estrangeiros de universidades de diferentes regiões do Brasil: região sul (n = 6; 62,5%), região sudeste (n = 1; 9,1%), região nordeste (n = 3; 27,3%) e diversas regiões (n = 1, 9,1%) (Tabela 3).

Dentre os estudos selecionados houve objetivos que analisaram os meios, os métodos e os fins da universalização do ensino superior, assim como, o processo de

adaptação dos estudantes estrangeiros migrantes que desenvolvem seus estudos no Brasil. As pesquisas apresentaram análises sob diferentes abordagens metodológicas e resultados que contribuíram para esclarecer a pergunta norteadora da pesquisa, onde constatou-se que 54,5% (n = 6) dos estudos utilizaram abordagem qualitativa, 27,3% (n = 3) utilizaram abordagem quantitativa e 18,2% (n = 2) utilizaram abordagem qualitativa e quantitativa. Além disso, 100% dos estudos abordaram os estudantes estrangeiros para a realização da pesquisa em uma única janela temporal, indicando um delineamento transversal, apesar da maioria dos estudos não ter citado nominalmente.

Além disso, constatou-se que 45,5% (n = 5) dos estudos selecionados citaram o tipo de convênio relacionado aos estudantes estrangeiros no Brasil, sendo mais frequente serem do Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), e em 54,5% dos estudos (n = 6) o tipo de convênio não foi informado.

Tabela 3. Caracterização das publicações selecionadas na revisão de escopo, segundo periódico ou programa de pós-graduação, instituição de pesquisa, tipo de publicação e nacionalidade dos estudantes estrangeiros pesquisados, 2020.

Nº	PERFIL INTERDISCIPLINAR DOS RESULTADOS	UNIVERSIDADE ONDE OS ESTUDANTES FORAM PESQUISADOS	TIPO DE PUBLICAÇÃO e TIPO DE PESQUISA	NACIONALIDADE DOS ESTUDANTES	TIPO DE CONVÊNIO
01	Revista Brasileira de Orientação Profissional	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Artigo original, estudo quantitativo	Africanos latino-americanos	e Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G)
02	Revista de Psicologia: Teoria e Prática	Universidade Federal do Espírito Santo	Artigo original, estudo qualitativo	Africanos	PEC-G
03	Revista Psicologia Argumento	Universidade Federal de Santa Catarina	Artigo original, estudo qualitativo	Africanos	PEC-G
04	Revista Estudos de Psicologia	23 diferentes Universidades publicas e privadas em 12 Unidades da Federação	Artigo original, Estudo exploratório quantitativo	Africanos, latino-americanos, norte-americanos, europeus asiáticos	e Não informado
05	Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia na UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	Dissertação, estudo exploratório qualitativo	Africanos latino-americanos.	e PEC-G e Pró-Haiti
06	Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia Cognitiva - UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	Dissertação, estudo transversal e quantitativo	Africanos, latino-americanos, europeus, asiáticos.	Não informado

07	Revista Avaliação (Campinas/Sorocaba)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Artigo original, estudo exploratório, quantitativo-qualitativo	Latino-americanos, norte-americanos, europeus, asiáticos	Não informado
08	Pós-Graduação Stricto Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteiras	Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)	Dissertação, estudo transversal quantitativo-qualitativo	Latino-americanos	Não informado
09	Revista Psico	Universidade Federal de Santa Catarina	Artigo original, estudo exploratório e qualitativo	Africanos latino-americanos	e Não Informado
10	Revista Psicologia e Sociedade	Universidade do Nordeste do Brasil	Artigo original, estudo exploratório e qualitativo	Africanos	PEC-G
11	Revista Avances em Enfermeria	Universidade Federal do Ceará	Artigo original, estudo qualitativo	Africanos asiáticos	e Não informado

Fonte: autoria própria

O Quadro 5 apresenta os principais fatores facilitadores e dificultadores da adaptação dos alunos estrangeiros identificados segundo as pesquisas, resultados e conclusões dos estudos selecionados. Verifica-se que a adaptação de estudantes estrangeiros no Brasil, envolve aspectos multifatoriais, que podem ter impactos positivos ou negativos na adaptação, tanto acadêmica como na vida no Brasil.

Os principais elementos facilitadores da adaptação dos estudantes estrangeiros no Brasil identificados nos estudos foram a rede de amizades e de apoio, onde se destacou a amizade com alunos conterrâneos do mesmo país, podendo frequentemente ser alunos veteranos, que chegaram ao Brasil antes e que auxiliam o novo aluno a se adaptar à universidade e ao país.

Além disso, fazem parte dessa rede de amizades e apoio, também estudantes estrangeiros, alunos brasileiros, professores e mesmo vizinhos. Destacaram-se também os fatores culturais, como facilitadores, como a manutenção dos costumes dos países de origem, como a religião, alimentação e música, e participação em eventos culturais e sociais que contribuem para a inserção e despertam para o sentimento de pertencimento ao grupo de origem ou já estabelecido, e por outro lado promovem a integração com a comunidade local brasileira (Quadro 5).

Da mesma forma, foram apontados como fatores facilitadores o idioma, principalmente quando o estudante já apresenta a motivação para estudar o idioma português e tem oportunidade de realizar curso de idioma, e as vivências acadêmicas

que facilitam a adaptação social e psicológica. Identificou-se também a importância dos programas de acolhimento e assistência estudantil nas universidades, que visam promover o bem-estar dos estudantes estrangeiros (Quadro 1). Outros aspectos menos citados nos estudos selecionados, mas relevantes na adaptação foram os aspectos afetivos como apoio da família, mesmo que distante, aspectos psicológicos de resiliência e atividades de lazer (Quadro 5).

Entretanto, foram identificados vários fatores dificultadores da adaptação como: o preconceito e discriminação sofridos, que podem ser identificados por críticas e piadas de mau gosto, aspectos da vida cotidiana como dificuldade de adaptação à alimentação local, pois os hábitos alimentares dos brasileiros pode ser diferente dos hábitos dos migrantes e, estes podem ter dificuldade em encontrar ingredientes característicos de sua origem, dificuldade em relação à moradia, transporte público, custo de vida elevado, clima, dificuldade de acesso à assistência à saúde e falta de segurança. Soma-se a isso, as dificuldades em relação à vida acadêmica, sendo citados a burocracia, as disciplinas e mesmo conflito com docentes; aspectos sociais e afetivos, devido ao distanciamento da família, dificuldade nas relações sociais e isolamento social, diferenças culturais e de costumes na adaptação com a população local e a barreira do idioma.

Em um estudo foram citados aspectos relacionados com assédio, hostilidade por parte da população local e mesmo xenofobia. Devido a esse quadro, não se estranhou que alguns estudos identificaram o sofrimento psíquico (físico, psicológico e social) nos estudantes estrangeiros pesquisados e em alguns casos detectando o sentimento de não pertencimento desses estudantes ao estarem vivendo no Brasil, longe de seus países de origem (Quadro 5).

Como principais contribuições, alguns desses estudos indicaram as seguintes recomendações: considerar os aspectos culturais, psicológicos e de saúde no apoio ao estudantes estrangeiros; pensar estratégias para a melhoria da convivência e integração dos alunos estrangeiros; capacitar os gestores, docentes e funcionários universitários para melhor acolher os alunos intercambistas estrangeiros nas universidades brasileiras; qualificar as ações institucionais referentes à assistência estudantil (pedagógico, psicológico, integração intercultural, financeiro [bolsas/moradia estudantil]).

Quadro 5: Fatores facilitadores e dificultadores da adaptação de estudantes estrangeiros no Brasil identificados nos estudos selecionados na revisão de escopo, 2020.

Fatores	Categoria	Subcategorias (caso haja)	Estudo
Facilitadores			
	Aspectos afetivos	Apoio da família, mesmo que distante	8, 11
	Aspectos culturais	Religião, alimentação, música, manutenção dos costumes do país de origem, participação em eventos	1, 5, 7, 8
	Aspectos psicológicos	Dimensões da Resiliência	6
	Assistência acadêmica estudantil	Assistência estudantil, bolsa de estudos, moradia estudantil	8
	Atividades de lazer	Participação em eventos culturais como fator facilitador	5
	Idioma	Adaptação linguística e/ou manutenção do uso da língua materna.	5, 8
	Proximidade do país de origem		8
	Rede de Amizades e relações sociais	Brasileiros e de outras nacionalidades, professores, recepção da população local	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 10, 11
	Vivência acadêmica	Adaptação ao curso, atenção dos professores e da instituição.	1, 8
Dificultadores			
	Aspectos acadêmicos	Burocracia, disciplinas da Universidade, atividades acadêmicas fora do horário previsto, relações conflituosas com professores	1, 5, 8, 11
	Aspectos afetivos	Distância da família	1, 8, 9
	Aspectos culturais	Dificuldade de adaptação às diferenças culturais e de costumes	8, 9, 11
	Aspectos do cotidiano	Alimentação, clima, custo de vida, documentação, financeiro, moradia, transporte público precário, segurança	1, 2, 5, 8
	Idioma	Barreira linguística	5, 8
	Relações sociais	Dificuldade de relacionamento e de socialização, isolamento social, falta de espaços de integração (lazer, cultura)	5, 8, 10, 11
	Sofrimento psíquico	sintomas físicos, psicológicos e manifestações sociais, sentimento de não pertencimento	5, 8, 9
	Saúde e Assistência médica	Não conhecer o funcionamento do sistema de saúde, dificuldade de acesso	1, 8
	Discriminação, Preconceito	Raça, cultura, religião	1, 5, 8, 9, 10
	Assédio, Hostilidade, Xenofobia	Violência psicológica	8

Fonte: autoria própria

5. ANÁLISE DAS POLÍTICAS ESTRATÉGICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A universalização do Ensino Superior caracteriza-se pela mobilidade estudantil internacional e representa uma influência da globalização econômica e da evolução tecnológica que incidem sobre os sistemas nacionais de educação. Isto se deve ao crescimento da privatização e da comercialização de bens e serviços educacionais que influenciam o fluxo dos estudantes internacionais (LAISNER, 2019).

Além disso, houve um aumento na universalização do ensino superior decorrente do desenvolvimento de políticas de desenvolvimento científico das principais universidades do mundo. Assim, analisou-se a adaptação dos estudantes estrangeiros no Brasil, a fim de compreender os fatores que incidem sobre esta adaptação. O apoio à internacionalização do ensino superior depende da capacidade de promover o interculturalismo, pois este processo permite enriquecer os currículos locais com conhecimentos mais críticos e reflexivos, sendo capazes de gerar transformações sociais que promovam a igualdade de direitos para todos e em todos os locais (LIMA; MARANHÃO, 2011).

Trata-se de uma política estratégica para a inserção dos países no mundo globalizado, sendo uma ação solidária defendida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pois a convivência internacional no mercantilismo é uma proposta da Organização Mundial do Comércio (OMC). Segundo Castro e Cabral Neto (2012), a mobilidade estudantil internacional é integradora dos países, não se trata de uma política socialista, mas socializadora e integradora mesmo no ambiente capitalista.

A universalização ainda depende dos financiamentos estatais de cada país e segundo Laisner (2019), muitos governantes veem ameaças no desenvolvimento do conhecimento. No entanto, o desenvolvimento das ciências e o compartilhamento de saberes nunca foram tão necessários como nos tempos atuais. Castro (2011), conclui que no mundo globalizado, o intercâmbio de estudantes entre os países de diferentes continentes necessita ser estudado e estimulado, pois ao internacionalizar o ensino promove-se a melhoria da qualidade educacional nas instituições de Ensino Superior, o que de acordo com Tanoue e Morilas (2013) é uma condição para materializar as iniciativas, tanto das universidades quanto dos governos.

O grande aumento na mobilidade estudantil conduz ao surgimento de necessidades de políticas de acolhimento voltada para os alunos estrangeiros, pois

os estudantes necessitam se adaptar e enfrentar as problemáticas de inserção nas universidades, especialmente em relação às questões relacionadas à moradia, à assistência médica e à burocracia legal, que se apresentam como obstáculos ao processo adaptativo.

A presente pesquisa revelou que os elementos dificultadores a essa adaptação dos estudantes estrangeiros no ensino superior no Brasil, são multifatoriais, tais como: o preconceito e discriminação, fator relatado por estudantes de diferentes origens africanas que estudam em universidades do sul do Brasil, onde há predominância de habitantes de origem europeia e com costumes tradicionais que nem sempre favorecem a integração de estudantes de outras etnias nas cidades onde se estabeleceram e nas atividades da universidade. Outros fatores dificultadores encontrados no presente estudo têm relação com dificuldades da vida cotidiana (moradia, transporte, custo de vida elevado, clima, falta de segurança, dificuldade de acesso à assistência à saúde) e aspectos afetivos como a distância da família que fragiliza os estudantes que se sentem desprotegidos afetivamente.

A moradia foi um dos elementos da vida cotidiana identificado, uma vez que, o estilo de moradia brasileira diverge das necessidades que os estudantes estrangeiros estão habituados, e a isto também se insere às questões climáticas, visto que há estudantes que vêm de regiões muito frias e se instalam em universidades do nordeste cujo clima quente e úmido faz com que não se acostumem facilmente com as instalações que lhes são oferecidas, enquanto outros vêm de países quentes e são aceitos em universidades da região sul do Brasil, onde o clima frio também interfere na adaptação dos estudantes. O elevado custo de vida reflete dificuldade financeira. Alguns estudantes pesquisados recebiam bolsa e outros dependiam de ajuda financeira familiar, mas este aspecto atinge a maioria dos estudantes estrangeiros. A dificuldade de acesso à assistência à saúde preocupa pois ao ficarem doentes dependem do sistema de saúde e não sabem como buscar atendimento.

Esses dados são similares aos encontrados por Sosa e Zubieta (2015), com estudantes internacionais estrangeiros, estudando em Buenos Aires (Argentina), também relataram entre as principais dificuldades de adaptação os fatores do cotidiano como moradia, idioma, oportunidades de trabalho, acesso ao sistema de saúde e dificuldade de manter os costumes e tradições do país de origem.

No presente estudo, as diferenças culturais e de costumes foram consideradas também elementos dificultadores, pois se trata de estudantes de culturas e idiomas

diferentes causando estranhezas tanto em relação aos costumes brasileiros como dos brasileiros em relação aos costumes dos estrangeiros, se refletindo em alguns casos em hostilidade, assédio e xenofobia. Achados similares foram encontrados no estudo de Przytechi (2018), onde estudantes estrangeiros que realizavam sua formação médica em uma universidade polonesa relataram terem sofrido preconceito e hostilidade na forma de agressão devido a diferenças raciais, religiosas e por serem de país diferente, por parte da população local.

Essas dificuldades enfrentadas pelos estudantes de intercâmbio e migrantes vivendo no Brasil, podem ser identificadas pelos serviços de assistência e apoio estudantil para que os estudantes possam ser orientados e procurar melhor forma de resolver o problema, sejam aspectos relativo a documentação, serem orientados em relação a cursos de idiomas que muitas vezes são oferecidos pela própria universidade na forma de cursos de extensão gratuitos, receberem orientação pedagógica ou psicológica, e serem orientados em relação ao funcionamento do sistema de saúde local, sendo portanto, aspectos que podem ter o apoio, auxílio e intermediação das próprias universidades para facilitar a adaptação de tais estudantes no país.

Os elementos que mais afetam a saúde mental dos estudantes e que apareceram na revisão de escopo foi o sofrimento causado pelo preconceito, discriminação, distância afetiva da família e dificuldades financeiras (alto custo de vida). O preconceito é voltado especialmente pelos estudantes oriundos de países pobres e latinos e africanos, preconceito com estudantes latino-americanos pela população deduzir que se trata de usuários de drogas e com outros desvios de conduta, tudo isso pesa e faz com que estes estudantes desenvolvam a síndrome de *burnout* ou mesmo de desistência do curso e isto também acontece com estudantes brasileiros que vão estudar em outros países (GIRARDI, 2017).

Por outro lado, a presente pesquisa também possibilitou identificar, nos estudos selecionados, os principais fatores facilitadores da adaptação dos estudantes estrangeiros no ensino superior no Brasil. Dentre esses fatores podem-se destacar a rede de amigos e relações sociais que são estabelecidas, que servem de apoio tanto nas orientações iniciais como no acolhimento afetivo nos momentos de dificuldades acadêmicas e emocionais, assim, como servirem de rede apoio, em aspectos diversos, como nos momentos de dificuldade acadêmica, financeira ou quando se trata de enfrentar uma gravidez residindo em um país estrangeiro. Nos

estudos selecionados, chamou a atenção o fato da rede de amizades ser composta predominantemente por conterrâneos do mesmo país de origem. O presente estudo corrobora os achados de outros estudos como o de Sosa e Zubieta (2015) e Brisset et al. (2010), que constataram que entre estudantes internacionais estrangeiros predomina o suporte social intragrupo, i.e., predomina o apoio recebido entre conterrâneos e pessoas de mesma origem. Esses dados indicam que a adaptação é facilitada pela presença de uma rede de convivência com pessoas que compartilham similaridades quanto ao idioma e forma de viver, costumes e tradições.

Outro elemento facilitador identificado no presente estudo foi o idioma, pois a adaptação dos estudantes que não conseguem se comunicar com eficiência é mais evidente e pode causar problemas de compreensão dos seus iguais dificultando a convivência seja na sociedade ou na universidade. Assim, evidencia-se a importância de se ofertar cursos de idioma para estudantes estrangeiros de forma a garantir a comunicação destes, promovendo também entendimento e aceitação dos estudantes.

Houve estudantes que foram tratados como se estivessem ocupando um lugar que não lhes pertence. No entanto, um sistema de comunicação eficiente dentro das universidades poderia tornar os programas de internacionalização conhecidos o suficiente para permitir aos estudantes estrangeiros e às comunidades que os recebem ter conhecimento do quanto esse intercâmbio de conhecimentos e saberes enriquece a cultura, a diversidade e a ciência no Brasil.

As instituições de Ensino Superior no Brasil, segundo Girardi (2015), enfrentam um alto índice de evasão. Para Reis (2018), em parte, esse fenômeno resulta da dificuldade de integração dos estudantes estrangeiros à vida universitária. Esse processo acarreta prejuízos aos próprios estudantes que não finalizam os estudos, para as instituições e para a sociedade, repercutindo de maneira relevante na vida dos estudantes, principalmente, em questões relacionadas à saúde física e mental (GIRARDI, 2015).

O presente estudo sugere que, em parte, essa evasão decorre da ineficiência das políticas públicas de acolhimento e assistência estudantil desenvolvidas nas universidades brasileiras. As pesquisas apresentaram como resultados as queixas de preconceito e discriminação e dificuldades outras, desde assistência de saúde à segurança, moradia e documentação, o que implica em unificar e integrar as políticas de acolhimento e assistência estudantil para com os estudantes estrangeiros nas

universidades do país e, assim, garantir que sejam desenvolvidos meios de combater a evasão universitária desses estudantes.

Nesse contexto, a universalização se concretiza a partir do momento que as universidades estabelecem políticas de acolhimento capazes de firmar os estudantes estrangeiros na vivência acadêmica e isto acontece quando estes estudantes buscam aconselhamento de carreira, tem fortalecido o sentimento de pertencimento ao ambiente universitário e se declaram satisfeitos com o acolhimento desenvolvido nas universidades que atuam no desenvolvimento da universalização (LAISNER, 2019). Caso contrário, o que se concretiza é a evasão desses estudantes e isso impede a integração cultural e científica promovido pelas universidades.

Ainda segundo Laisner (2019), a internacionalização é um processo de cunho social que ganhou força nas décadas de 1990 até aproximadamente 2015, onde houve ampla migração de estudantes em busca de formação superior, porém as políticas sociais de formação do conhecimento tem sido amplamente combatidas e deixam de ser financiadas por governos neoliberais, o que de acordo com Luce, Fagundes e Mediel (2016), prejudica todo o trabalho realizado e desprestigia o intercâmbio de conhecimento científico, especialmente na América Latina.

No Brasil, os fenômenos migratórios provocados pela internacionalização vêm provocando profundas mudanças na área da educação superior, porém revela uma preocupação acerca da qualidade do ensino e da questão da permanência dos estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Para Souza (2019) faz-se oportuno compreender as ações realizadas nas IFES, em termos de acolhimento e integração, no âmbito das políticas de assistência ao estudante.

As principais mudanças a serem realizadas e que podem impulsionar esse intercâmbio cultural e científico é o investimento econômico governamental nas pesquisas desenvolvidas nas universidades, criar políticas públicas de divulgação da importância da universalização do ensino superior e investir no desenvolvimento de programas de acolhimento e assistência adequada para os estudantes estrangeiros de todos os níveis, seja de graduação ou pós-graduação.

A internacionalização tornou-se realidade a partir do Protocolo de Bolonha no final do século XX, caracteriza-se por ser intercultural e com o avanço das tecnologias tornou-se uma realidade, a maioria dos estudantes realizam a busca de vagas universitárias internacionais pela internet, e os processos de seleção são realizados

pelas embaixadas, pois os países signatários do protocolo de internacionalização do ensino superior possuem reservas de vagas para estudantes estrangeiros.

De acordo com Laisner (2019), é sabido que o processo de internacionalização, acontece na perspectiva da geopolítica do conhecimento, e tem como base a divisão internacional do trabalho universitário, no entanto, a América Latina, desenvolve uma posição de integração internacional dependente e subordinada. A internacionalização não se concretiza como intercâmbio institucional, mas se apresenta como um projeto de integração do conhecimento.

A evasão escolar dos estudantes estrangeiros decorre, dentre outros motivos, da ausência de políticas de acolhimento e assistência estudantil adequadas, que considerem a riqueza de conhecimentos científicos e culturais que a integração de estudantes estrangeiros promove, e a presente revisão de escopo possibilitou identificar os elementos multifatoriais que facilitam e dificultam a adaptação desses estudantes estrangeiros que buscam formação acadêmica no Brasil, que pode auxiliar no processo de planejamento de políticas universitárias de assistência estudantil considerando a sua realidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo de revisão de escopo aconteceu a partir de uma adaptação da temática de estudo proposto no projeto de mestrado que não poderia se desenvolver durante a pandemia de coronavírus, o que direcionou a busca por uma alternativa pesquisando o escopo dos estudos que vem se realizando a respeito da adaptação de estudantes estrangeiros no Brasil.

A leitura intensiva e aprofundada dos textos permitiu compreender sobre a adaptação dos estudantes estrangeiros no Brasil e os fatores que facilitam ou dificultam o processo. Assim, ficou perceptível a necessidade de investir em políticas de acolhimento destes estudantes de forma a prevenir a evasão e a geração de prejuízos socioeconômicos para as instituições de ensino superior.

Existem elementos que facilitam a integração destes estudantes na comunidade brasileira, como as amizades e rede de apoio, a aproximação da linguagem e adaptação à novo idioma, e outros facilitadores, geralmente, relacionados à cultura, relações sociais, assistência recebida na universidade, aspectos afetivos, entre outros. No entanto, também surgem vários elementos que dificultam essa adaptação e que precisam ser analisados e combatidos a fim de evitar maiores danos às instituições, estes dificultadores são marcados pela carência afetiva dos estudantes que se encontram distante da família e problemas ligados ao seu cotidiano, como problemas econômicos (custo de vida), de saúde, de documentação legal para permanecer no país, adaptação alimentar, moradia, clima e segurança.

Entre tantos elementos dificultadores de adaptação se encontram marcadamente o preconceito e discriminação, levando ao sofrimento psíquico, pois muitos brasileiros veem nos estudantes estrangeiros um concorrente a sua vaga na universidade, o que não corresponde à verdade. As diferenças culturais e étnicas são elementos marcantes desse tão anunciado preconceito social, que surge tanto na comunidade do entorno à qual o estudante estrangeiro passa a fazer parte, quanto dentro da própria universidade entre os colegas estudantes que deveriam ser os principais interessados em combater o preconceito e buscar os benefícios das trocas culturais, sociais e científicas que os estrangeiros trazem.

Além disso, a pesquisa aponta para a necessidade de desenvolvimento e qualificação das políticas de acolhimento e assistência estudantil aos estudantes internacionais estrangeiros no Brasil, que envolvam as universidades, docentes,

funcionários, discentes e comunidade local, sendo fundamental para que os estudantes estrangeiros sejam integrados socialmente e possa ser evitada a evasão que impede que o desenvolvimento do programa de internacionalização no ensino superior seja mais efetivo.

Por tudo o que foi analisado, a revisão de escopo é encarada como uma realização que permitiu a construção reflexiva de conhecimentos a respeito da universalização do ensino superior.

7. REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

AMORIM, Gabriel Brito; FINARDI, Kyria Rebeca. *Internacionalização do ensino superior e línguas estrangeiras: evidências de um estudo de caso nos níveis micro, meso e macro*. In: Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 03, p. 614-632, nov. 2017

ARAÚJO, Christine Veloso Barbosa; SILVA, Viviane Nascimento; DURÃES, Sarah Jane. *Processo de Bolonha e mudanças curriculares na educação superior: para que competências?* In: Educ. Pesqui., São Paulo, v. 44, e174148, 2018.

BARBOSA, Rubem Corrêa; COSTA, Camila Serrano Giunchetti Pio da. *Internacionalização do ensino na Austrália: grande oportunidade para parcerias em cursos técnicos, graduação, pesquisa e desenvolvimento (2011)*. In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

BASTOS, Pedro Fernando Brêtas; SILVA, Teresa Cristina Abreu da. *Internacionalização da educação na Irlanda: aposta na excelência do sistema de ensino doméstico. (2011)* In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

BERTAZZO, Juliana. *A internacionalização do ensino superior como receita para o sucesso – a experiência do Reino Unido e sua relevância para o Brasil. (2011)* In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

BUSTANI, José Maurício; SANTIL, Juliana Marçano. *França: do “albergue espanhol” à mobilidade estratégica. (2011)* In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

CAMPOS, Paulo Cesar de Oliveira; SOBRAL, Igor de Carvalho. *O ensino superior na Espanha e seu processo de internacionalização - histórico, atualidade e perspectivas. (2011)* In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. *Da ótica da solidariedade à lógica do mercado: as estratégias de internacionalização do ensino superior*. In: ANPAE. Natal-RN: UFRN, 2011.

CHARLE, Christopher & VERGER, Jacques. *História das Universidades*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

CORDEIRO, Enio; WATANABE. No caminho da internacionalização: desafios e oportunidades do ensino superior na Argentina. (2011). In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

DUARTE, Carlos Sérgio Sobral; PÁDUA, Thiago Poggio. A internacionalização do estudo superior na Índia. (2011) In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

EL DEBS, Carolina; HUGUENEY, Clodoaldo. A internacionalização do ensino superior na China: entre a massificação e a excelência. (2011) In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

FUJITA, Edmundo; FINK, Daniel. Coreia sem fronteiras – notas sobre a globalização da educação e sinergias para o Brasil (2011) In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

GALVÃO, Marcos Bezerra Abbott; ARAÚJO, Rodrigo Mendes. Japão: os ensinamentos de um país à frente de seu tempo. (2011) In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

GOMES, Maria Rebeca Otero; GUERRA, Thais (2018). Políticas de Integração e Cooperação Técnica de Internacionalização das Instituições de Ensino Superior – perspectivas Unesco. In: GOROVITZ, Sabine; UNTERNBÄUMEN, Enrique Huelva (org). Políticas e tendências de internacionalização do ensino superior no Brasil . _ Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2021.

GONÇALVES, Julio Cezar Zelner; RICHE, Flavio Elias. A Áustria e a internacionalização do ensino superior. (2011). In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

GONÇALVES, Antonino Mena; CHRISTOFOLLO, João Ernesto. Internacionalização do ensino superior na Colômbia. (2011) In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

GOROVITZ, Sabine; UNTERNBÄUMEN, Enrique Huelva (org). Políticas e tendências de internacionalização do ensino superior no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021.

GUMBOWSKY, Argos. *A internacionalização do ensino superior: desafios das universidades fundacionais catarinenses*. In: Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil: UNISC, 9 a 11 de setembro de 2015.

HURTADO, Diego. La Ciencia Argentina – Un proyecto inconcluso: 1930-2000. Buenos Aires: Edhasa. Resenha de: POLETTTO, Ricardo dos Santos. “La Ciencia

Argentina: um Proyecto Inconcluso”. Revista Brasileira de Inovação – Departamento de Política Científica e Tecnológica/ Instituto de Geociências – UNICAMP, v. 10, No. 2, pp. 455-461, 2011.

INSTITUTE JBI. Joanna Briggs Institute Reviewers' Manual: 2015 Edition. [Internet]. Adelaide: Joanna Briggs Institute; 2014. [cited Ago 03 2020]. Available from: <http://joannabriggs.org/assets/docs/sumari/ReviewersManual-2015.pdf>.

LAISNER, Regina; *(Des) caminhos da democracia na internacionalização da educação superior no Brasil*. Anais do X Congresso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP), organizado conjuntamente pela Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Asociación Mexicana de Ciencia Política y el Tecnológico de Monterrey, 31 de julio, 1, 2 y 3 de agosto 2019

LIMA, Manolita Correia; MARANHÃO, Carolina Machado Saraiva de Albuquerque. *Políticas curriculares da internacionalização do ensino superior: multiculturalismo ou semiformação?* In: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 575-598, jul./set. 2011

LUCE, Maria Beatriz; FAGUNDES, Caterine Vila; MEDIEL, Olga González. *Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica*. In: Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 317-339, jul. 2016

MARCOS, (2018) *Entenda a Declaração de Bolonha, que unifica o ensino superior na Europa*. Disponível em: <https://www.estudarfora.org.br/declaracao-de-bolonha/> Acesso em 24.08.2020

MARIOSI, Leandro Antunes. A internacionalização do ensino superior Neerlandês em tempos de transição de paradigmas universitários: autonomia a serviço da economia do conhecimento. (2011) In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

MAUÉS, O. C; BASTOS, R. S. Políticas de internacionalização da Educação Superior: o contexto brasileiro. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/28999>> 20 ago 2020.

MENEZES, Sáskia Sampaio Cipriano de; CORRÊA, Consuelo Garcia; SILVA, Rita de Cassia Gengo e; CRUZ, Diná de Almeida Monteiro Lopes da. *Raciocínio clínico no ensino de graduação em enfermagem: revisão de escopo*. In: Rev Esc Enferm USP - 2015; 49(6):1037-1044.

MIRANDA FBG, MAZZO A, PEREIRA JUNIOR GA. Assessment of individual and interprofessional skills of health professionals in simulated clinical activities: a scoping review. Interface (Botucatu). 2018

MIRANDA, J.A.; FOSSATI, P. *Gestão da internacionalização da Educação Superior: desafios para o desenvolvimento do estudante global*. Revista de Educação PUC-Campinas, v.23, n.2, p. 273-289, 2018.

MÜCKENBERGER, Everson; MIURA, Irene Kazumi. *Motivações para a Internacionalização do Ensino Superior*. Um estudo de casos múltiplos em um Sistema de Ensino Superior Confessional Internacional. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, vol. 23, 2015, pp. 1-23

OLSEN, Camila Silva Leão d'Araújo. Mobilidade no ensino superior: estratégia da Dinamarca num mundo globalizado. (2011) In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

PAVARINA, Paula; LAISNER, Regina; DE MARIO, Camila. Internacionalização das universidades estaduais paulistas: bases e implementação do programa “Ciência sem Fronteiras”. In: José Marcelo Freitas de Luna; Paulo Roberto Sehnem. (Org.). *O programa Ciência sem Fronteiras em avaliação*. 1ªed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, v. 1, p. 15-36.

RAPESTA, Norton de Andrade Mello; LOPES, Daniel Guilarducci Moreira. Os melhores também melhoram: a internacionalização do ensino superior na Finlândia. (2011) In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.
Revisão integrativa: o que é e como fazer? In: Einstein. 2010; 8(1 Pt 1):102-6

SANTOS, Fernando S.; ALMEIDA FILHO, N. de. *A quarta missão da universidade: Internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. Lisboa; Brasília: Universidade de Coimbra/ Ed. UnB. 2012.

SERRA, Luís Fernando; PHEYSEY, Carlos Bryan. Cingapura: a importância do ensino na trajetória do país do Terceiro Mundo ao Primeiro. (2011) In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. STALLIVIERI, Luciane. *O processo de internacionalização nas instituições de ensino superior*. Caxias do Sul – RS: Universidade de Caxias do Sul, 2013

TARRAGÔ, Piragibe dos Santos; LEONARDI, Renato Barros de Aguiar; RODEGHER, Renata Fernandes Peres. A internacionalização do ensino superior no Canadá: uma via de mão dupla. (2011) In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

UNESCO. *Institut de Statistique. Recueil des données mondiales sur l'éducation: statistiques comparées sur l'éducation dans le monde*, 2006; 2007. Montreal, 2008

VARGAS, Everton Vieira; CID, Marcelo. Educação superior e pesquisa na Alemanha. (2011). In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

VIEGAS FILHO, José; PIMENTA, Acir; CANDELORO, Maurício. A internacionalização do ensino superior na Itália. (2011) In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

VIEIRA, Mauro; MACIEL, André. Programas de internacionalização do ensino superior nos Estados Unidos. (2011) In: BRASIL. *Mundo Afora: Políticas de internacionalização de universidades*. Caderno nº9. Brasília – DF: Ministério das Relações Exteriores, 2012.

WEBBER, Maria Aparecida. *Fluxos do saber: migração brasileira para estudo na tríplice fronteira*. Trabalho (Mestrado). PPGA – UFPR. Fonte: <https://eventos.ufpr.br/semanarq/semanarq2017/paper/viewFile/1073/406>. Acessado em: 25 de julho de 2019.